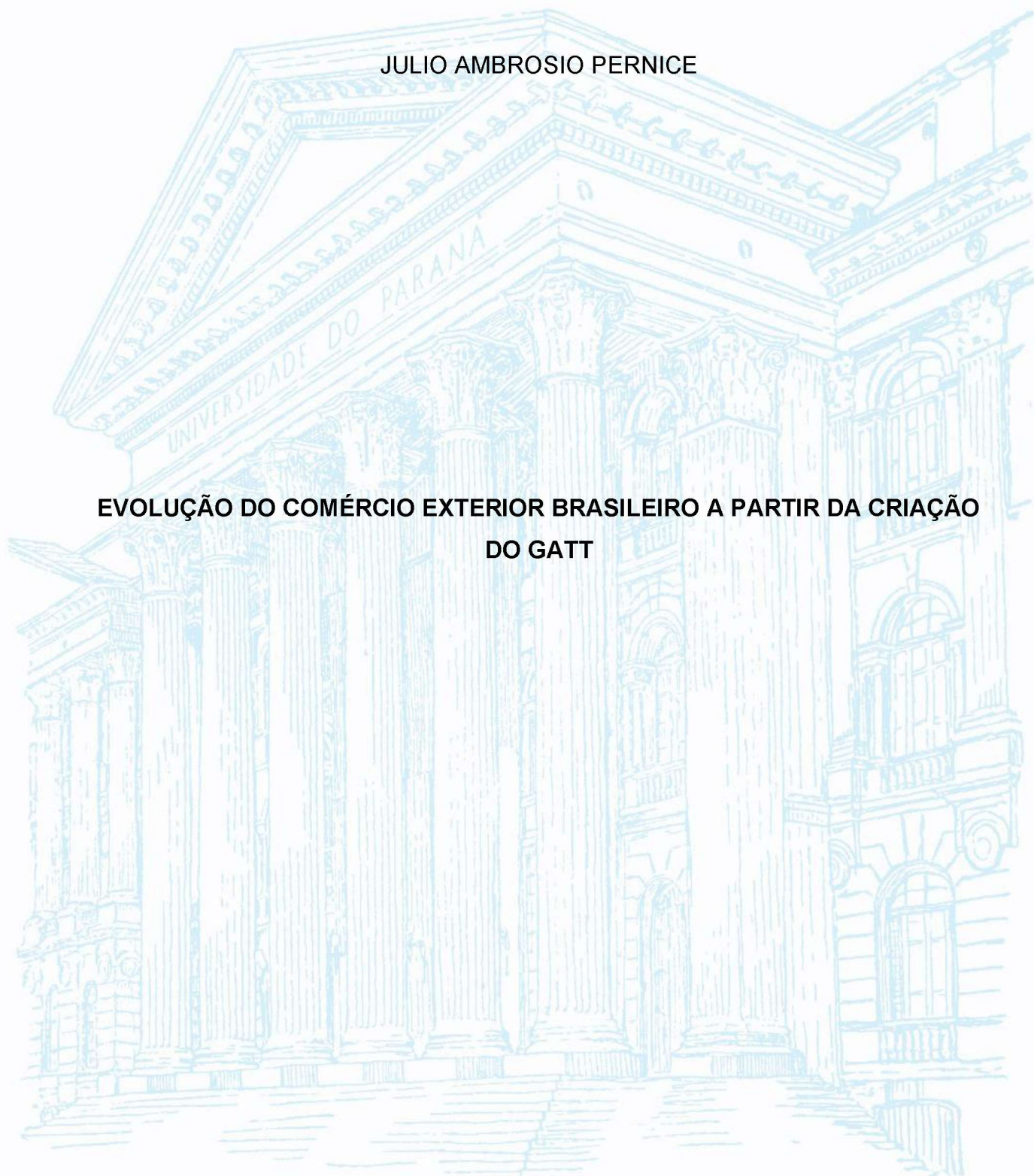


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIO AMBROSIO PERNICE

**EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO A PARTIR DA CRIAÇÃO
DO GATT**

CURITIBA
2019



JULIO AMBROSIO PERNICE

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO A PARTIR DA CRIAÇÃO
DO GATT

Monografia apresentada como requisito parcial a
obtenção do título de Graduação, Curso de
Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Paulo Mello Garcias

CURITIBA
2019

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIO AMBROSIO PERNICE

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO A PARTIR DA CRIAÇÃO DO GATT

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Dr. Paulo Mello Garcias

Orientador, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná.

Prof. Dr. Maurício Vaz Lobo Bittencourt

Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná.

Prof. Dr. Marcos Minoru Hasegawa

Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 06 de dezembro de 2019.

RESUMO

O propósito desse trabalho é identificar o impacto das recomendações provenientes dos organismos internacionais, GATT e OMC, no comércio externo brasileiro, no período entre 1947 e 2007. Será verificado se as políticas estabelecidas pelos governos do Brasil surtiram efeito sobre os padrões de negociações e comércio externo do país, através de uma análise das pautas de exportações e importações, identificando também a evolução do grau de abertura econômica no período analisado. As principais conclusões identificam que apesar de um maior dinamismo no que se refere ao comércio externo, e do aumento dos fluxos de negócios com outros países, o Brasil permanece em um padrão de política protecionista por todo o período analisado.

Palavras-chaves: Comércio Internacional, Brasil, GATT, OMC.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to identify the impact of the recommendations from the international organizations, GATT and WTO, on Brazilian foreign trade, from 1947 to 2007. It will be verified if the policies established by the governments of Brazil had an effect on the negotiation and trade patterns. Brazil, through an analysis of the export and import guidelines, also identifying the evolution of the degree of economic openness in the analyzed period. The main findings identify that despite greater dynamism with regard to foreign trade, and the increase in business flows with other countries, Brazil remains in a protectionist policy pattern throughout the analyzed period.

Keyword: International Trade, Brazil, GATT, WTO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - RODADAS DE NEGOCIAÇÃO DO GATT E PRINCIPAIS DISCUSSÕES.....	20
QUADRO 2 - TARIFA MÉDIA MUNDIAL (1947-2000).....	23
QUADRO 3 - CONFERÊNCIAS MINISTERIAIS E PRINCIPAIS FINALIDADES.....	24
FIGURA 1 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (1947-2007).....	35
FIGURA 2 – DESTINO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (1947-2007).....	37
FIGURA 3 – ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (1947-2007).....	38
FIGURA 4 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO (1947-2007).....	40
FIGURA 5 – ABERTURA ECONÔMICA BRASILEIRA (1950-2006).....	44
FIGURA 6 – ABERTURA ECONÔMICA DE ALGUNS PAÍSES EM 1995.....	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – 1947/2007.....	51
TABELA 2 – DESTINO DAS EXPORTAÇÕES – 1947/2007.....	53
TABELA 3 – ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES – 1947/2007.....	55
TABELA 4 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO – 1947/2007	57
TABELA 5 – GRAU DE ABERTURA ECONÔMICA BRASILEIRA.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS

FMI	-	Fundo Monetário Internacional
GATT	-	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
ICM	-	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IOF	-	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	-	Imposto sobre Produto Industrializado
MDIC	-	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MERCOSUL	-	Mercado Comum do Sul
OIC	-	Organização Internacional de Comércio
OMC	-	Organização Mundial do Comércio
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PIB	-	Produto Interno Bruto
PND	-	Plano Nacional de Desenvolvimento
TRIPS	-	Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	JUSTIFICATIVA	11
1.2	OBJETIVOS	12
1.2.1	Objetivos Gerais	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
2	METODOLOGIA	13
3	TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL	14
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO PROTECIONISMO E LIBERALISMO	15
4	EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS	18
4.1	GATT, RODADAS DE NEGOCIAÇÃO E OMC	19
5	COMPORTAMENTO PROTECIONISTA BRASILEIRO	26
5.1	POLÍTICAS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO BRASILEIRA	27
6	COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO	32
6.1	IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SALDO	34
6.2	DESTINO DAS EXPORTAÇÕES E ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES	37
6.3	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO	40
6.4	ABERTURA ECONÔMICA	42
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
8	REFERÊNCIAS	49
9	APÊNDICE 1 – TABELAS	51

1 INTRODUÇÃO

O comércio internacional, é descrito desde o início das civilizações, através de trocas entre produtos que eram abundantes em determinadas localizações geográficas. A descrição dessa evolução torna-se importante a fim de destacar os mecanismos que influenciaram determinadas regiões a exportar e importar certos produtos. O objetivo do tema é destacar como a evolução dos mecanismos reguladores de política externa influenciaram a dinâmica de comércio externo no Brasil, no período entre 1947 e 2007. A análise desse período, não considerando os anos posteriores, é devido ao fato do relatório de 200 anos de comércio externo brasileiro, divulgado pelo MDIC, utilizado como fonte de dados para essa monografia, fazer uma análise apenas até 2007. Assim, será utilizado apenas até o referente ano, desconsiderando os posteriores.

O presente trabalho, estará dividido em oito partes, além da presente introdução, que abordará uma descrição rápida do assunto analisado, e descreverá os objetivos do tema. O segundo tópico evidenciará a metodologia utilizada para verificação dos resultados.

O terceiro tópico demonstrará as teorias por trás das análises apresentadas. Com o passar dos anos, surgiram diversas teorias entre formuladores de pensamentos econômicos e historiadores, identificando quais as vantagens que os países possuíam quando obtinham um maior volume de comércio externo.

Passado o período entre guerras, tornou-se necessário a criação de um mecanismo que regulamentasse as trocas internacionais, com intuito de facilitar as negociações entre os países, e evitar práticas consideradas desleais entre os membros. Assim, surgiu o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1947, atendendo as especificações necessárias no período, e servindo como órgão regulador até 1994, quando foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A evolução das Rodadas de Negociação do GATT, demonstram a necessidade de uma adaptação periodizada no que tange ao comércio internacional. Assim, será evidenciado no quarto tópico, de que maneira essas Rodadas tiveram influência nos demais países ao redor do globo, com intuito de verificar como impactaram a política externa brasileira.

O quinto tópico apresentado, trará uma abordagem sobre o comportamento protecionista brasileiro, uma vez que o país possui um caráter de pouca participação

entre as negociações de comércio externo. Suas políticas de importação e exportação, apesar de promissoras no que tange ao desenvolvimento de um comércio mais alavancado com os demais países, serão demonstradas a fim de observar a evolução da dinâmica externa.

O comércio externo brasileiro, através do sexto tópico, demonstrará com base em gráficos, os volumes relacionados ao saldo da balança comercial, evidenciando as exportações e importações brasileiras, no período entre 1947 e 2007. Ainda nesse período, serão apresentados a porcentagem para os Estados Unidos, principal parceiro econômico, e dos demais continentes, tanto para exportações quanto para importações. Além disso, será analisado a dinâmica das exportações por fator agregado, e o grau de abertura econômica da economia brasileira, a fim de verificar a influência do GATT e posteriormente da OMC na dinâmica do comércio externo brasileiro.

As considerações finais serão demonstradas no sétimo tópico, evidenciando que o Brasil, apesar de ter passado por momentos de maior liberalização comercial, continua com um padrão de comportamento protecionista, apesar de uma maior evolução em volume de comércio. O oitavo tópico, demonstrará as referências utilizadas para a elaboração desse estudo.

1.1 JUSTIFICATIVA

A importância de se compreender a evolução das negociações internacionais, nos possibilita entender de que maneira o comércio entre países tornou-se mais eficiente ao longo dos anos. Conforme surgem necessidades de regulamentação, há um padrão de evolução de mecanismos que impõem diretrizes, facilitando o comércio externo entre as economias mundiais.

Apesar de diversas publicações abordarem a evolução do comércio externo brasileiro, não há uma gama de estudos que sintetizem essa evolução com as recomendações provenientes dos órgãos internacionais de comércio externo.

O Brasil, por possuir um caráter protecionista em suas políticas externas, torna-se o principal foco da análise desse trabalho, como maneira de identificar de que forma ocorreram mudanças estruturais em sua pauta exportadora e importadora, bem como do seu grau de inserção nas trocas produtivas internacionais.

Portanto, a importância desse estudo é identificar se o padrão de comércio brasileiro, foi influenciado pelas diretrizes impostas pelo GATT, e posteriormente pela OMC.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivos Gerais

Analisar os padrões de comércio exterior brasileiro a partir da criação do GATT, bem como a inserção do Brasil no mercado internacional, identificando as principais mudanças estruturais no seu comércio exterior decorrentes das rodadas de negociação daquela organização que geraram maior influência ao país.

1.2.1 Objetivos Específicos

No período em análise:

- Desenvolver uma abordagem histórica sobre o processo de criação do GATT e da OMC e suas principais políticas;
- Análise da evolução da política externa brasileira e sua possível relação com as políticas recomendadas pelos Acordos Multilaterais de Comércio Exterior;
- Minuciar os principais setores e produtos que obtiveram influência na pauta de comércio externo do Brasil;
- Especificar a atividade comercial brasileira de acordo com os blocos e/ou países de destino das exportações e origem das importações brasileiras;
- Examinar a evolução do grau de abertura da economia brasileira no período, tendo em vista as políticas externas adotadas.

2 METODOLOGIA

Para a verificação da evolução da rede de comércio externo, serão utilizadas análises baseadas em diversos estudos, indicando de que maneira as correntes de comércio evoluíram com o passar dos anos analisados.

Com o intuito de analisar as rodadas comerciais que foram destaque e contribuíram para uma mudança no comportamento protecionista brasileiro, através de uma abordagem qualitativa, serão utilizados relatórios provenientes da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O comércio externo brasileiro, principal foco desse trabalho, é demonstrado de maneira descritiva através de uma análise de subperíodos, identificando não somente a evolução do seu padrão, como também as principais políticas utilizadas pelos órgãos internos que impactaram direta e indiretamente no comércio com os demais países.

O método de pesquisa utilizado foi o descritivo, onde, através de uma abordagem quantitativa, por meio de gráficos e tabelas, serão analisados dados provenientes do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) atualmente integrado ao Ministério da Economia.

O relatório de 200 anos de Comércio Externo Brasileiro, elaborado pelo MDIC, foi utilizado como fonte principal para a elaboração das tabelas. Com tais dados, foi possível identificar a evolução das exportações e importações brutas, a participação dessa corrente de comércio do Brasil com os Estados Unidos, principal parceiro econômico no período e com os demais continentes, da verificação da participação por fator agregado das exportações brasileiras e do grau de abertura econômica do país no período.

Para a determinação do grau de abertura da economia brasileira, ocorrerá a estruturação do indicador referente aos anos em análise, utilizando a fórmula: Grau de Abertura = $(\text{Exportações} + \text{Importações}) / \text{PIB}$, possibilitando uma contextualização da influência dos organismos internacionais de comércio externo na inserção do Brasil no comércio mundial.

3 TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional é uma prática existente desde os primórdios da história da humanidade, caracterizado pela troca de bens e serviços através de fronteiras internacionais ou territórios. Sua importância, bem como os ganhos relacionados à evolução do padrão de comércio, despertou interesse de diversos economistas para formulação de modelos que hoje são essenciais em qualquer análise de comércio internacional.

A partir da segunda metade do século XVIII, começaram a emergir as primeiras linhas de pensamento. Até então, o conhecimento acerca de comércio exterior era proveniente apenas do mercantilismo, definido pelo conjunto de práticas econômicas que buscava apenas o superávit comercial.

Adam Smith (1776), com sua teoria das vantagens absolutas, afirmou que o país deve exportar produtos nos quais seus custos de produção absolutos, baseados no fator trabalho, sejam menores, e importar produtos em que é menos produtivo, ou seja, seus custos de produção absolutos, em termos do fator trabalho, sejam superiores aos de seus parceiros comerciais. Já David Ricardo (1821), desenvolveu um modelo de produtividade do trabalho, afirmando que um país possui vantagens comparativas na produção de um bem se a produtividade relativa do trabalho na produção do bem é maior ou, em termos de outros bens o custo relativo é mais baixo do que em outros países.

Eli Heckscher e Bertil Ohlin (1933), desenvolveram um modelo que explica o comportamento exportador de um país utilizando de forma intensiva o fator relativamente abundante e importando o produto que utilize de forma intensiva o fator relativamente escasso. No Teorema de Wolfgang Stolper e Paul Samuelson (1941), um crescimento no preço relativo de uma mercadoria aumenta o retorno real do fator usado intensivamente na sua produção e reduz o retorno da outra mercadoria. Já para Tadeusz Rybczynski (1955), se o preço de um produto for fixo, um aumento na dotação de um fator acarreta crescimento mais que proporcional na produção da mercadoria que usa o fator relativamente de forma intensiva e provoca uma queda absoluta da produção da outra mercadoria.

No modelo de fatores específicos, criado por Paul Samuelson e Ronald Jones (1977), o comércio beneficia o fator que é específico na produção do bem exportável

e prejudica aquele utilizado na produção do bem importável. Da mesma forma que o modelo ricardiano, uma economia que produzir dois bens pode alocar sua oferta de mão de obra entre os dois setores, porém nesse modelo é permitida a existência de fatores de produção além da mão de obra.

Esses modelos estão inseridos em um tipo de estrutura de mercado, dividido entre concorrência perfeita e imperfeita, no qual a diferença primordial entre essas duas vertentes é a capacidade de controlar o preço do produto. No mercado característico da concorrência imperfeita, os vendedores tem a possibilidade de influenciarem tanto a demanda quanto os preços por meio da diferenciação dos produtos, possibilitando a ocorrência de: concorrência monopolística, com empresas competindo entre si e vendendo produtos diferenciados; oligopólio, caracterizado por um número reduzido de empresas que comercializam produtos com alguma diferenciação; e monopólio, em que uma única empresa detém todo o poder de mercado, conseguindo influenciar o preço do bem em questão.

Tais modelos, aliados a visão de economia de escala, desenvolvida por Paul Krugman (1999), em que é possível uma redução do custo médio de produção de um determinado bem à medida que a quantidade produzida aumenta, buscam fundamentalmente contextualizar os benefícios reais do comércio internacional, bem como identificar os padrões de comércio que levam os países a ter um crescimento econômico baseado em trocas Inter territoriais. Ademais, a concepção da necessidade de um fluxo de comércio exterior, leva a uma discussão que divide tanto economistas quanto pensadores, do papel do Estado em detrimento do comércio internacional. Deveria este desempenhar uma função ativa, promovendo barreiras em favor de medidas protecionistas, ou caberia ao Estado, apenas manutenção da lei e da ordem, sem intervenção na economia, a partir de um princípio liberal de livre-comércio?

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROTECIONISMO E LIBERALISMO

O seguinte tópico trará a discussão acerca das teorias de livre-comércio e intervencionismo. Serão evidenciadas as principais características, os argumentos que levam os países a adotarem tais políticas em determinados períodos, bem como as consequências econômicas de cada abordagem.

A teoria liberal do comércio internacional, como já mencionado anteriormente, teve início com Adam Smith em seu livro *A Riqueza das Nações*, de 1776, onde criticava a abordagem protecionista praticada pelos mercantilistas. Segundo Smith, um aumento da divisão do trabalho, resultaria em maior especialização e eficiência, e como essa divisão é principalmente desencadeada pela extensão dos mercados, um maior nível de abertura comercial traria ao país um aumento de sua riqueza.

Destacando as principais características dessa política, o liberalismo pregava a livre concorrência, onde os preços são formados pelo mercado, e conseqüentemente, somente as empresas eficientes sobrevivem. O mercado também é considerado livre, sem regulamentação, uma vez que o Estado não deve impor obstáculo a atividade econômica; os países também devem priorizar a produção de bens em que tenham maior eficiência, de forma a ocorrer uma divisão internacional da produção.

No liberalismo, a economia de escala é um argumento fundamental para a propagação da política, pois segundo Krugman (2001), possibilita uma especialização da produção, uma utilização eficiente dos fatores produtivos que permitem uma redução nos custos, e conseqüentemente levam a um aumento do consumo, criação de empregos e bem-estar social, através da divisão do trabalho e da extensão dos mercados em concorrência imperfeita, operando com rendimentos crescentes de escala e ampliando a variedade de bens disponíveis no mercado.

No que diz respeito a argumentos contrários a essa política, segundo Uallace Moreira, em seu artigo "Teorias do Comércio Internacional", de 2001, uma hipótese é que em um sistema baseado apenas em mercado, os países estariam sujeitos a falhas de mercado, que poderia levar a uma concorrência imperfeita, com surgimento de monopólios, oligopólios e externalidades negativas, caracterizada pela geração de fatores que prejudicam terceiros a partir da produção. Outro argumento relevante, é o conflito de interesses, uma vez que a criação de empregos e qualidade ambiental geralmente não são interesses da iniciativa privada, que busca uma maximização da riqueza, com mínima preocupação com questões que são interesses para o Estado.

Já no protecionismo, contrariamente ao liberalismo, o Estado possui um papel fundamental, determinando políticas comerciais externas e controlando tanto as exportações quanto as importações. Georg Friedrich List, a partir do desenvolvimento de uma abordagem crítica ao livre-comércio, em seu livro *Sistema Nacional de*

Economia Política, de 1841, desempenhou um papel de extrema influência para a política intervencionista. Em sua publicação, List afirmou que para países ainda em desenvolvimento, medidas restritivas ao livre-comércio deveriam ser promulgadas, com o intuito de expandir suas forças produtivas, pois afirmava que existem assimetrias entre os diferentes países no comércio mundial, com destaque principalmente pelas divergências tecnológicas. Nesses casos, cabe ao Estado atuar no sentido de promover investimentos em setores que tornem o país competitivo no mercado internacional. Assim, uma vez alcançado um nível avançado de desenvolvimento, o liberalismo tornar-se-ia uma prática vantajosa, como uma forma de manter a supremacia econômica.

Os mecanismos utilizados para exercer o protecionismo, em geral podem ser caracterizados pelas barreiras alfandegárias ou tarifárias, tornando os produtos estrangeiros mais caros, e através de barreiras não tarifárias, como cotas, direitos de monopólio estatal, controles cambiais, proibição de importações.

Tais barreiras à importação, produz efeitos sobre diversos setores econômicos, como consequência da falta de concorrência. Ocorre um desestímulo a eficiência produtiva local, acarretando redução do bem-estar econômico através da alocação ineficiente de recursos. É possível também destacar as Políticas de empobrecimento do vizinho, onde em detrimento da cobrança de tarifas, os países elevam o nível de emprego e renda, às custas do padrão de seus parceiros comerciais.

4 EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS

Como consequência dos acontecimentos mundiais que afetaram direta ou indiretamente as nações, a linha de pensamento predominante em relação a atuação do Estado no comércio internacional sofreu modificações em certos países, uma vez que se identificou a existência de falhas tanto para o liberalismo quanto para o protecionismo, em determinadas épocas.

A partir da Revolução Francesa, em 1789, o livre-comércio passa a ser o regime dominante da economia mundial, até o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Com o apogeu da forte depressão em 1929, o mercado não foi capaz de prevenir a crise, e esse colapso econômico, restaurou as forças do protecionismo na década de 1930.

Schumpeter (1954), em sua análise do período entre 1870 e 1914, observa o início de uma queda da confiança nos princípios do liberalismo nas potências europeias. Irwin (2011) comenta que a grande depressão dos anos 1930 é o melhor exemplo – apesar de pouco reconhecido – de como as políticas cambiais podem criar dificuldades para as políticas de comércio. A década viu uma eclosão virulenta de práticas comerciais protecionistas que contribuíram para o colapso do comércio mundial. De fato, ainda segundo Irwin, o aumento das barreiras comerciais contribuiu com cerca de metade da redução de 25% do volume do comércio mundial entre 1929 e 1932 e atrofiou o crescimento do comércio pelo restante da década.

Baumann (2004) enfatiza que no período pós-guerra, procurou-se: [...] “montar um sistema que evitasse a possibilidade de mais um conflito em escala mundial, evitasse as crises de liquidez de divisas e impedisse os danos provocados pela imposição de barreiras comerciais”. (BAUMANN, 2004, p. 133).

Segundo Oliveira (2007), a estruturação da ordem liberal pretendida no imediato pós-guerra trazia consigo um ar otimista no que diz respeito às construções institucionais da época. Não foi diferente com a pretensão de se criar uma organização voltada para o comércio internacional.

Sob os auspícios da Conferência de Bretton Woods, ocorreu a assinatura do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade*, GATT), em 1947, com o intuito de reduzir barreiras comerciais e promover o comércio

internacional, induzindo os países a aderirem ao livre-comércio. Seitenfus (2005) reconhece um duplo caráter do Acordo Geral, considerando-o como uma organização internacional especial, pois por um lado, trata-se de um rol de normas procedimentais sobre as relações comerciais entre os Estados Partes, e por outro, um fórum de negociação comercial onde, através de instrumentos próprios à diplomacia parlamentar, de natureza comercial, procura-se aproximar posições entre os Estados Partes.

4.1 GATT, RODADAS DE NEGOCIAÇÃO E OMC

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, visando uma mudança do quadro de excessivo protecionismo, e aliado a necessidade de construir uma nova ordem econômica internacional, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas convocou uma conferência para formular as normas da Organização Internacional do Comércio (OIC), que teria o intuito de fiscalizar a comercialização internacional, e também serviria de fórum para as discussões e negociações sobre temas relacionados. Tal conferência, daria continuidade aos trabalhos realizados em Bretton Woods, e culminou na criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que propunha regras multilaterais de comércio internacional, através da diminuição de barreiras comerciais e garantia de acesso mais igualitário aos mercados.

O Acordo foi assinado em 1947, durante a Rodada Genebra, e deveria possuir um caráter provisório, servindo como orientação primária até a criação da OIC. Entretanto, durante a Conferência de Havana, em 1948, o Congresso norte-americano optou por não assinar o tratado da OIC. Uma vez os Estados Unidos já tinham se consolidado como a maior potência mundial naquele período, houve uma inviabilidade para a criação da Organização.

Assim, o GATT passou a funcionar e se estabeleceu como a organização internacional multilateral reguladora do comércio de fato. Não obstante sua natureza jurídica ser a de contrato internacional, alguns autores chegam a atestar que, na prática, o acordo funcionava como uma verdadeira entidade (AMARAL JÚNIOR, 2006, p. 43).

O Acordo Geral possuía alguns princípios básicos, como o da Nação mais Favorecida, cláusula que proíbe a discriminação, impedindo que um país obtenha isoladamente, em vez de multilateralmente, tratamento mais favorável. Outro princípio

fundamental, o do tratamento nacional, buscava equiparar nacionais e estrangeiros, principalmente nos campos da tributação interna sobre o comércio internacional.

A liberalização comercial não foi desenhada como algo que ocorreria de pronto, com base em apenas um tratado internacional, mas sim como um processo, de forma que as barreiras fossem gradualmente minoradas por meio de periódicas negociações (THORSTENSEN, 1998, p. 36). Durante o período de vigência do GATT ocorreram 8 rodadas de negociações, incluindo a da sua instalação em Genebra, demonstradas abaixo (QUADRO 1):

QUADRO 1 – RODADAS DE NEGOCIAÇÕES DO GATT E PRINCIPAIS DISCUSSÕES

	Local/(Nome)	Assuntos Cobertos	Países
1947	Genebra	Tarifas	23
1949	Annecy	Tarifas	13
1951	Torquay	Tarifas	38
1956	Genebra	Tarifas	26
1960-1961	Genebra/ (Rodada Dillon)	Tarifas	26
1964-1967	Genebra/ (Rodada Kennedy)	Tarifas e medidas antidumping	62
1973-1979	Genebra/ (Rodada Tóquio)	Tarifas, medidas não tarifárias e acordos jurídicos.	102
1986-1994	Genebra/ (Rodada Uruguai)	Tarifas, medidas não tarifárias, normas, serviços, propriedade intelectual, têxteis, agricultura, solução de controvérsias, criação da OMC etc.	123

Fonte: Oliveira (2007).

Nas cinco primeiras rodadas, houve uma tentativa de aproximação dos países por meio de uma política de redução tarifária, resultando em um aumento efetivo na concorrência, através de rodadas multilaterais que abordaram principalmente tarifas sobre produtos manufaturados.

No que diz respeito a Rodada de Genebra (1947), além da formulação do Acordo, pode-se notar um interesse mútuo dos países na criação de um sistema de comércio mundial viável, buscando um aumento de bem-estar geral, aliado com a necessidade de interesses pessoais. Os vinte e três países que estavam presentes na rodada, possuíam cerca de 80% do comércio mundial. No final da rodada, foram

negociadas 45 mil concessões tarifárias e 123 acordos foram assinados de forma bilateral, sobre um valor total de comércio de US\$ 10 bilhões.

A segunda rodada de negociações comerciais em Annecy (1949) teve como objetivo central a formalização da adesão de mais onze países ao acordo. Ao final da rodada, os países trocaram cerca de 5 mil concessões tarifárias.

Na Rodada de Torquay (1951), foi confirmada oficialmente a desistência da promulgação da OIC. Essa rodada foi marcada por uma decepção no sentido do total de acordos desenvolvidos, que eram esperados em média 400, mas apenas 144 foram de fato assinados, devido a uma disputa entre Estados Unidos e Inglaterra, e pela crescente disparidade entre os níveis tarifários dentro da Europa. Apesar do número de acordos ter se mostrado inferior ao almejado, 8.700 concessões tarifárias foram negociadas.

Na Rodada de Genebra (1956), foram negociadas concessões tarifárias sobre um valor de comércio de US\$ 2,5 bilhões. Uma importante mudança foi realizada, onde os países poderiam exigir conjuntamente concessões em produtos que fossem fornecedores principais.

A Rodada Dillon (1960-1961), foi marcada pela criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nesse encontro, 4,4 mil concessões tarifárias foram intercambiadas, somando um montante de US\$ 4,9 bilhões.

“Nesse período em que se situam as primeiras rodadas – 1947 a 1964 –, merece destaque a hegemonia dos EUA no comércio internacional, o que lhes permitiu influenciar sobremaneira nos rumos das conversas. Por conta disso, é possível constatar um desequilíbrio no que tange à regulamentação de temas. Assuntos que não lhes interessavam não eram sistematizados ou, quando muito, o eram de maneira incipiente, a exemplo dos subsídios agrícolas. Valério (2009) p. 123-124.”

A partir da Rodada Kennedy (1964-1967), a Comunidade Europeia, já participando das discussões como um bloco, fez frente a hegemonia estadunidense como uma grande potência. Foi dada nessa rodada uma atenção especial as exportações de países em desenvolvimento, uma vez que foi notada a necessidade de mudanças tributárias para esses tipos de países. Houveram discussões relacionadas a agricultura e barreiras não-tarifárias, trazendo a adoção do método das reduções lineares, isto é, a negociação da aplicação de uma porcentagem uniforme de redução de todas as tarifas (com algumas exceções) e o estabelecimento de um

acordo *anti-dumping*, onde foram criadas normas contra a exportação de mercadorias a preços abusivos. Ademais, segundo Oliveira (2007) foi previsto uma redução de 50% nas tarifas aduaneiras que eram aplicadas sobre produtos industriais, porém apenas 35% foi efetivamente reduzido, representando um volume de comércio de US\$ 40 bilhões.

Diante de um cenário de crise do petróleo e recessão mundial, na Rodada Tóquio (1973-1979), foi notado um aumento nas restrições comerciais, e desviado o foco temático das discussões sobre reduções tarifárias, para o debate de proteções da produção nacional e barreiras não-tarifárias. Através de uma discussão mais atenuante sobre práticas de comércio consideradas desleais, foi determinado que para a solução de controvérsias, fosse instaurado um painel que analisava, e posteriormente apresentava um relatório que norteava tanto a decisão, quanto o protocolo para erradicação de práticas ilícitas. Não houve efetividade na resolução de problemas relacionados a agricultura, e as discussões sobre medidas de salvaguardas, que são as medidas adotadas para a importação de um determinado produto que possam causar prejuízo a produtores domésticos em um certo tipo de mercado, não foram adiante. Por fim, a redução da tarifa média sobre produtos manufaturados foi cerca de 30%, representando um comércio global de US\$ 300 bilhões.

A oitava Rodada de Negociação, Uruguai (1986-1994), obteve um caráter muito mais complexo do que as rodadas anteriores, podendo ser confirmado pela sua duração, prevista para 4 anos, e posteriormente prolongada para 7 anos. O mais importante resultado proveniente desse fórum de discussões, foi a criação da Organização Mundial do Comércio, entidade que substituiu o GATT como foro de negociações e regulamentação do comércio internacional.

Não menos importante, a Rodada Uruguai obteve resultados significantes, como segundo Oliveira (2007): corte médio de 37% nas tarifas internacionais; redução de 49% em tarifas de produtos industrializados para os países desenvolvidos; criação do Acordo sobre Agricultura; inclusão do setor têxtil ao Sistema Multilateral de Comércio; ampliação das linhas alfandegárias; criação do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços; criação do Acordo sobre os Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS); aprimoramento dos mecanismos de defesa comercial e pôr fim a criação de um sistema de solução de controvérsias comerciais.

De um modo geral, as rodadas de negociação propiciaram uma efetiva redução das barreiras tarifárias mundiais. Se em 1947 a média das tarifas aduaneiras aplicadas sobre bens era da ordem de 40% (quarenta por cento), ao final da Rodada Uruguai essa média caiu para apenas 5% (cinco por cento). (BARRAL, 2002, p. 16).

“Segundo dados da OMC (2005b), estima-se que, durante os 50 anos que se seguiram à criação do GATT, as exportações aumentaram 6% a.a. em média, enquanto o volume total de comércio chegou em 1997 a ser 14 vezes maior que em 1950. (RODRIGUES et al, 2008, p. 99).” A seguir (QUADRO 2), será demonstrada a redução da tarifa média mundial entre 1947 e 2000.

QUADRO 2 – TARIFA MÉDIA MUNDIAL (1947-2000)

Ano	Período	Tarifa Média
1947	Estabelecimento do GATT	38%
1962	Pré-Rodada Kennedy	17%
1972	Pós-Rodada Kennedy	9%
1987	Pós-Rodada Tóquio	6%
2000	Pós-Rodada Uruguai	4%

Fonte: Oliveira (2006).

Em janeiro de 1995 a OMC inicia suas funções e estabelece sua sede em Genebra. Suas principais características podem ser elencadas por uma série de acordos, dentre eles: o de comércio de bens; o de comércio de serviços (GATS) e sobre Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS). Mesmo com algumas modificações, é mantido grande parte dos acordos negociados durante a vigência do GATT. Segundo Tatiana Lima (2004) cabe a OMC administrar os acordos comerciais realizados pela organização, servir de fórum para o debate de temas relacionados ao comércio externo, solucionar eventuais controvérsias, promover treinamento para países em desenvolvimento, além de cooperar com outras organizações internacionais.

Até o ano de 2001, foram realizadas 4 Conferências Ministeriais, respectivamente, em Cingapura, Genebra, Seattle e Doha. Durante a quarta Conferência foi decidido pelos membros da OMC a necessidade de uma nova Rodada de Negociações. Denominada Rodada de Doha, os assuntos implementados para pauta de discussões incluíam agricultura, produtos industrializados, comércio de

serviços, atualização de normas alfandegárias e solução de controvérsias. A partir da Rodada de Doha, foram realizadas mais 7 Conferências Ministeriais que serão listadas abaixo (QUADRO 3), e será evidenciada a Conferência Ministerial de Astana, que acontecerá em junho de 2020. A Rodada de Genebra, em 2009, tanto como as posteriores, estarão demonstradas apenas com intuito informativo, não fazendo parte das análises realizadas neste trabalho.

QUADRO 3 – CONFERÊNCIAS MINISTERIAIS E PRINCIPAIS FINALIDADES

Conferências Ministeriais / Ano	Principais finalidades
Singapura / 1996	Avaliar a implementação dos compromissos assumidos sob os acordos e decisões da OMC; revisar as negociações em andamento e o programa de trabalho; examinar a evolução do comércio mundial; enfrentar os desafios de uma economia mundial em evolução.
Genebra / 1998	Estabelecer um programa de trabalho abrangente para examinar todas as questões relacionadas ao comércio eletrônico global que afetam o comércio.
Seattle / 1999	Alcançar um compromisso mínimo para formar uma agenda de temas para uma nova rodada chamada Rodada do Milênio
Doha / 2001	Resolver os problemas de agricultura, serviços, acesso aos mercados de produtos não-agrícolas, aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, relação entre comércio e investimentos, facilitação de comércio, etc.
Cancún / 2003	Reconfirmar as declarações à cerca dos temas inicialmente discutidos na Conferência de Doha. Criação do G-20.
Hong Kong / 2005	Chegar a acordo sobre fórmulas e outros detalhes que determinarão a magnitude das reduções nos direitos aduaneiros em relação a milhares de produtos e Subsídios agrícolas. O programa também inclui a preparação das etapas finais das negociações de serviços, várias regras da OMC e várias questões de desenvolvimento.
Genebra / 2009	Uma plataforma para os ministros revisarem o funcionamento da Organização, incluindo a Rodada de Doha e uma ocasião “para enviar uma série de fortes sinais ao mundo em relação a toda a orla da OMC - desde monitoramento e vigilância a disputas, acessões, ajuda ao Comércio, assistência técnica e governança internacional”.

Continua

Continuação

QUADRO 3 – CONFERÊNCIAS MINISTERIAIS E PRINCIPAIS FINALIDADES

Conferências Ministeriais / Ano	Principais finalidades
Genebra / 2011	<p>Aprovar a adesão da Rússia, Samoa e Montenegro. Discussão sob três grandes temas: “Importância do Sistema Multilateral de Comércio e da OMC”, “Comércio e Desenvolvimento” e “Agenda de Desenvolvimento de Doha”. Adotaram uma série de decisões sobre propriedade intelectual, comércio eletrônico, pequenas economias, adesão dos países menos desenvolvidos, renúncia de serviços aos países menos desenvolvidos e análises de políticas comerciais</p>
Bali / 2013	<p>Adoção do “Pacote de Bali”, uma série de decisões destinadas a acelerar o comércio, dando aos países em desenvolvimento mais opções para garantir a segurança alimentar, impulsionar o comércio nos países menos desenvolvidos e contribuir para o desenvolvimento de maneira mais geral.</p>
Nairobi / 2015	<p>Decisões ministeriais sobre agricultura, algodão e questões relacionadas a países menos desenvolvidos</p>
Buenos Aires / 2017	<p>Iniciativa de promover o comércio eletrônico e subvenção a pesca.</p>
Astana / 2020	<p>Desenvolvimento sustentável, facilitação do comércio, privacidade de dados pelos sistemas eletrônicos e discussão relacionada a taxaçoão do comércio eletrônico.</p>

Fonte: OMC (2019)

5 COMPORTAMENTO PROTECIONISTA BRASILEIRO

Pereira (2017), descreve que o Brasil protagonizou momentos de maior e menor liberalização alfandegária, muitas vezes seguindo tendências contrárias às adotadas pela comunidade internacional. A autora conclui, que tanto a legislação infraconstitucional quanto a Constituição Federal, trazem tributos previstos para atuar como barreiras tarifárias aos produtos estrangeiros ou para estimular a indústria interna, concedendo imunidades e benefícios em alíquotas apenas aos produtos e serviços nacionais.

De acordo com Rabelo (2012), a adoção de estímulos governamentais à indústria e de um protecionismo tarifário foi prática que obteve apoio de autoridades fazendárias desde os primeiros tempos do Império, às vezes por convicção pessoal, outras vezes como medidas, politicamente inevitáveis, das circunstâncias do momento, enquanto políticas visando favorecer o desenvolvimento da indústria nacional tornaram-se muito mais frequentes e articuladas, na visão do autor, a partir de 1930.

Sobre a participação brasileira na estruturação do ordenamento mundial no pós-guerra, Paulo Roberto de Almeida destaca:

“Na segunda conferência interamericana de consulta, realizada no Rio de Janeiro em princípios de 1942, as nações americanas hipotecavam solidariedade ao país agredido. O Brasil faz mais do que isso: concebendo a aliança como uma excelente oportunidade para resolver os problemas da industrialização pesada e do suprimento militar, o governo decide por um envolvimento direto no conflito militar, algo não exigido pelos estrategistas aliados. No terreno econômico a colaboração também passa a ser a regra. Em maio de 1944, os Estados Unidos estende ao Brasil o convite para participar, junto com 43 outras “nações unidas e associadas”, da conferência que deveria discutir a reconstrução econômica do pós-guerra. (Almeida, 2004, p. 114).

Na instauração da ordem internacional multilateral que caracterizou o período pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil teve participação ativa, estando presente na Conferência de Bretton Woods, onde além do GATT, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O país também foi membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU).

Após uma ampla reforma tarifária ocorrida em 1957, segundo Almeida (2004), o fato do Brasil ser um dos poucos países em desenvolvimento aderentes ao GATT,

deu início a uma convergência de opiniões sobre a participação do país no Acordo. Sentindo os duros efeitos de um contrato que não particularizava as necessidades de cada nação, alguns setores da economia brasileira questionaram a utilidade, em termos práticos de comércio exterior, de uma adesão estrita do país aos princípios do GATT. Essa contestação implicaria, entretanto, para o Brasil, uma denúncia formal do Acordo e uma saída do sistema de concessões recíprocas do GATT, o que foi julgado excessivo na época.

Segundo Sergio Buarque de Holanda Filho, no seu artigo *Livre Comércio vs Protecionismo* (1998), no Brasil, o forte protecionismo perdurou até o final dos anos 80, mantido por barreiras tarifárias e não-tarifárias, mesmo com a desintegração da política de substituição de importações. Com graves problemas macroeconômicos e falta de uma política industrial eficiente em complemento, o protecionismo mostrou-se estéril.

Pinheiro e Hirst (1995) evidenciaram que a fragilidade econômico-financeira do país nos anos 80, abriu o primeiro flanco na posição brasileira, que abandonou as bandeiras protecionistas propagadas em outros momentos.

De acordo com Guimarães (2006), O Brasil veio adotando medidas de liberalização comercial, seguindo as proposições contidas no que se denominou Consenso de Washington, em 1989, rompendo paulatinamente, a longa tradição política intervencionista do Estado no comércio exterior. Com a criação da OMC, em 1994, o Brasil consolidou uma política de cunho liberal.

Para Davanzo et al. (2017), mesmo com o avanço das medidas liberais no país, o Brasil continua sendo um dos principais países a praticar medidas protecionistas nas importações, e para os autores, seu uso é eficaz no propósito de combater a concorrência desleal. Porém, nota-se que no período analisado, à partir da instauração do GATT até a criação da OMC, o país era considerado mais protetor do que nos dias atuais, tendo reduzido o seu protecionismo diante dos impactos negativos que essa prática causa ao país.

5.1 POLÍTICAS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

No cenário Pós-Guerra, o grande foco da política econômica brasileira se baseava no controle da inflação, que chegava a quase 15% em 1946. Mediante tal

fato, o governo decidiu liberalizar os controles cambiais. Porém, os resultados dessa política não foram significativos e o Brasil apresentou déficits no comércio exterior. Para financiar esse déficit, o governo brasileiro optou por utilizar suas reservas como meio de pagamento.

Com base nesse cenário, houve uma diminuição expressiva na quantidade de reserva de moeda disponível, obrigando o governo a introduzir um licenciamento prévio para exportação e importação de todos os produtos. Esse licenciamento, atuou sob responsabilidade da Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil, e teve como objetivo conter as importações.

Para contribuir com o aumento das exportações, foram criadas operações vinculadas, permitindo a exportadores selecionados vender o câmbio diretamente aos importadores. Essa política vigorou até meados de 1953, como busca de uma resposta ao cenário externo, o governo brasileiro extinguiu essas operações, e reforçou o controle sobre importações.

No final do mesmo ano, houve mudanças nas taxas de câmbio do Brasil. Sua formulação apresentou diferentes taxas de câmbio tanto para importações quanto para exportações, e trouxe ao governo uma maior independência no controle do volume exportado e importado. Essa política tornou-se de fato um sistema de subsídios às exportações e de tarifas variáveis, permitindo ao governo manter seus objetivos em termos de substituição das importações e promover exportações ao mesmo tempo.

O problema decorrente das taxas de câmbio múltiplas, é que sua proteção à indústria doméstica se tornava ineficaz. Como resposta a essa característica, em 1957, o governo brasileiro optou por uma reforma tarifária, e conseqüentemente uma unificação da taxa de câmbio. Foi criada então a Lei de Tarifas Aduaneiras, introduzindo a tarifa *ad valorem*, e concedendo uma proteção efetiva a indústria doméstica, através da elevação das tarifas.

Houve também nesse período a introdução do Plano de Metas, dando continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nas duas décadas anteriores. Seu objetivo era produzir internamente tudo aquilo que antes era importado ou que se poderia importar, como forma de incentivar a indústria nacional. No caso do Brasil, o Plano de Metas tinha por objetivo fomentar às indústrias de bens de consumo intermediários e de bens de capital.

A partir de 1964, ocorreram mudanças no que se refere ao comércio exterior brasileiro, onde através de um processo de minidesvalorizações, o governo iniciou um processo de liberalização das importações e de maior incentivos as exportações. Esse sistema desvalorizava a taxa de câmbio nominal em curtos intervalos de tempo, buscando manter a taxa de câmbio real o mais constante possível.

No que tange as exportações, nesse período é notório a instauração de incentivos fiscais e financeiros, dentre eles a isenção de impostos indiretos, IPI e ICM, que são impostos sobre o valor adicionado. Foi criado também o sistema de *drawback*, onde empresas que exportam certos tipos de produtos podem obter isenção de tributos relacionados aos insumos importados. Ademais, o governo promoveu diversos outros tipos de subsídios a exportação, direcionados principalmente aos produtos manufaturados. Tais políticas geraram resultados esperados, com aumento de mais de 500% no total das exportações, no período entre 1966 e 1974, segundo dados do MDIC.

Como consequência da crise do petróleo, iniciada em 1974, torna-se necessária a introdução de medidas restritivas que no que tange as importações. Dessa forma, o governo aumenta as alíquotas máximas do imposto de importação de 100% para 205% e estabelece que as importações de supérfluos têm que ser pagas à vista.

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), surgiu como uma consequência dessas políticas de cunho protecionistas, no final da década de 70. Sua incumbência destaca não só um novo plano de substituição de importações, principalmente no setor de bens de capital, mas também auferiu ao Brasil uma diversificação das exportações, com a finalidade de geração de superávits na balança de pagamentos.

Em 1980, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foi introduzido. Pelo lado das importações, na compra de câmbio, era cobrado uma alíquota de 15%, e no final do mesmo ano, essa alíquota subiu para 25%. Já para as exportações, ocorreu novamente a introdução do IPI em 1981. Já em 1983, houve uma desvalorização da taxa de câmbio em 30%, em mais uma tentativa do governo de equilibrar a balança comercial, estimulando as exportações.

Nos dois anos consequentes, aliado a um crescimento na demanda mundial, o Brasil obteve êxito e suas exportações cresceram de maneira substancial. Nesse mesmo período, houve também uma diminuição nas importações, fator que contribuiu

para a manutenção de um superávit na balança de pagamentos. A partir desse cenário otimista, o Brasil optou por uma política externa de cunho mais liberal. Porém, em 1986, um aumento da inflação retomou as preocupações do governo em relação ao mercado interno, principalmente após a elevação dos preços domésticos que resultou em uma alteração na taxa de câmbio real.

Diante desse cenário, o governo promoveu uma série de minidesvalorizações na taxa de câmbio, com intuito de prevenir uma queda acentuada das exportações. Assim, em 1988, a economia brasileira retomou um cenário de crescimento de produtos exportados, atingindo valor recorde de US\$ 33,8 bilhões no mesmo ano, segundo o MDIC.

No final da década de 90, o cenário da política externa oferece pouco incentivo às exportações. Além disso, o governo passou a tributar imposto de renda para aos produtos exportados, fator que gerou um desestímulo e culminou em mais de 3 bilhões de dólares de diminuição de valor exportado. Tal conjuntura externa não poderia se alastrar por muito tempo. Por isso, a partir de 1990, o Brasil implementa uma ampla abertura comercial com redução de tarifas para as importações e retoma as políticas de incentivo às exportações.

Com a implementação do Plano Real, em 1994, a moeda nacional torna-se valorizada em relação ao dólar, provocando aumento significativo das importações. Tal fato, aliado a um crescimento pouco significativo das exportações, levaram o Brasil à sucessivos déficits na balança comercial nos anos seguintes. Como resposta, o governo brasileiro adota medidas para reduzir a tributação sobre as exportações.

As crises financeiras ocorridas no mundo, como a Crise da Ásia, em 1997, e a Crise da Rússia, em 1998, geram a perda de credibilidade internacional. O Brasil, pressionado por uma diminuição no preço das commodities, em 1999, altera a política cambial, deixando de utilizar as bandas cambiais, e passando a adotar o sistema de “livre” flutuação do câmbio. Como consequência, houve uma desvalorização do real em relação ao dólar. Essa desvalorização teve reflexo direto na balança comercial, através de um aumento das exportações em diversos setores. A diminuição do déficit foi ainda maior, pelo fato de ocorrer um desestímulo as importações, uma vez que os importadores tiveram que lidar com preços mais elevados.

Já a partir dos anos 2000, as políticas de comércio externo possuíam como principal característica atrair mercados e aumentar a variedade de países importadores dos produtos nacionais. Houve um aumento da cooperação externa

entre países em desenvolvimento, e uma maior aproximação das relações com países da América do Sul, além de uma intensificação em mercados não tradicionais, como os da Ásia e do Oriente Médio.

6 COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A partir do início do século XX, começou-se uma longa fase de expansão do comércio exterior brasileiro. Mesmo com uma dependência do café, o Brasil viveu o auge do ciclo da borracha, que teve início em 1879 e se alastrou até 1912, correspondendo à 97% da produção mundial. A quebra da bolsa de Nova York, em 1929, provoca uma crise que se alastra pelo mundo e atinge em cheio a economia cafeeira brasileira, comprometendo o desempenho do comércio exterior do Brasil. Como consequência da crise, foi implementada a Política de Substituição de Importações, com o objetivo de desenvolver o setor manufatureiro e resolver os problemas de dependência de capitais externos.

No âmbito das relações internacionais, no período de 1940, pode-se identificar um alinhamento sistemático à política externa americana, principalmente no período pós-guerra.

Já na década de 1950, houve uma diversificação não só da pauta exportadora brasileira, como também do destino desses produtos, uma vez que os acordos assinados com o GATT proporcionaram ao país um maior dinamismo em relação ao comércio exterior. O marco na passagem da substituição de importações para a substituição de exportações foi o ano de 1961, com a inauguração da Política Externa Independente, uma estratégia de ação externa do governo brasileiro para ampliar seu poder de barganha no cenário internacional, por meio da ampliação de parcerias econômicas e políticas para além das grandes potências.

No período 1961-1979, com um parque industrial implantado que clamava por mercados externos, a política externa brasileira reforçou seu universalismo. O milagre econômico, época de crescimento econômico elevado e grande desenvolvimento brasileiro, iniciado em 1967, aumentou a participação dos produtos manufaturados na pauta exportadora brasileira, desencadeando ao Brasil parcerias comerciais com novos mercados, como Oriente Médio e África. No final dos anos 70, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), café, açúcar, algodão e minérios são responsáveis por 70% da pauta exportadora do país nesse período.

Segundo Xavier e Marçal, (2004), a partir da década de 80, as exportações brasileiras vêm ampliando sua participação de mercado em setores dinâmicos do comércio mundial. No entanto, ainda persiste um relativo distanciamento da pauta de exportação brasileira em relação à pauta de exportação do resto do mundo, isto é, o

padrão de especialização local ainda apresenta uma composição setorial distinta da composição setorial prevalecente no comércio mundial.

No decorrer da década de 90, a agenda externa foi marcada pela busca de credibilidade no cenário internacional, principalmente no que diz respeito à questão econômica e financeira. A busca do governo brasileiro foi com a ampliação da participação em organizações internacionais e outros foros multilaterais, além da adesão aos mais variados tipos de tratados e acordos internacionais, a fim de garantir uma boa imagem do país em nível global.

Pinheiro e Hirst (1995) argumentaram que no período 1991-1994, a participação das exportações brasileiras nos países do MERCOSUL, no volume total das vendas externas do país, saltou de 4% a quase 14%. Todavia, como afirma Gonçalves (2001), o Brasil tem perdido competitividade internacional a partir de 1995, pelo fato de a indústria estar menos competitiva, bem como por uma mudança desfavorável no padrão de comércio brasileiro no sentido de reprimarização das exportações. Esta perda de competitividade internacional não foi ainda maior devido ao efeito positivo do Mercosul.

Na fase recente, emerge a importância do multilateralismo econômico, no contexto da globalização. A partir dos anos 2000, o comércio exterior brasileiro aumentou num ritmo mais vigoroso. O crescimento econômico mundial, o aumento dos preços internacionais de produtos básicos, a diversificação dos mercados importadores e a maior produtividade da indústria nacional, apesar da queda na competitividade, são fatores que favoreceram o dinamismo das exportações brasileiras.

A política externa brasileira nos anos 2000 é marcada pelo retorno de alguns princípios da Política Externa Independente, uma vez que esteve voltada para a diversificação de parcerias comerciais e políticas, com crescente participação em organizações internacionais e consolidando relações bilaterais.

A seguir, o trabalho, trará uma abordagem da composição das importações e exportações brasileiras, no período de 1947 até 2007. Nesse tópico, serão evidenciadas através de gráficos o volume total correspondente ao mercado externo, bem como o destino das exportações e a origem das importações.

Também fará parte desse estudo, uma análise agregada dos setores exportadores, e seus produtos com maior relevância. Já para importação, serão evidenciados os principais produtos que compuseram tal pauta brasileira, dentro do

período especificado. Por fim, serão demonstrados os índices de abertura econômica anuais, componente relevante para a análise nesse período.

A base de dados utilizada para essas análises, foi o relatório de 200 anos de comércio exterior brasileiro, divulgado pelo MDIC. As tabelas referentes aos gráficos apresentados nesse capítulo, estarão disponíveis no Apêndice.

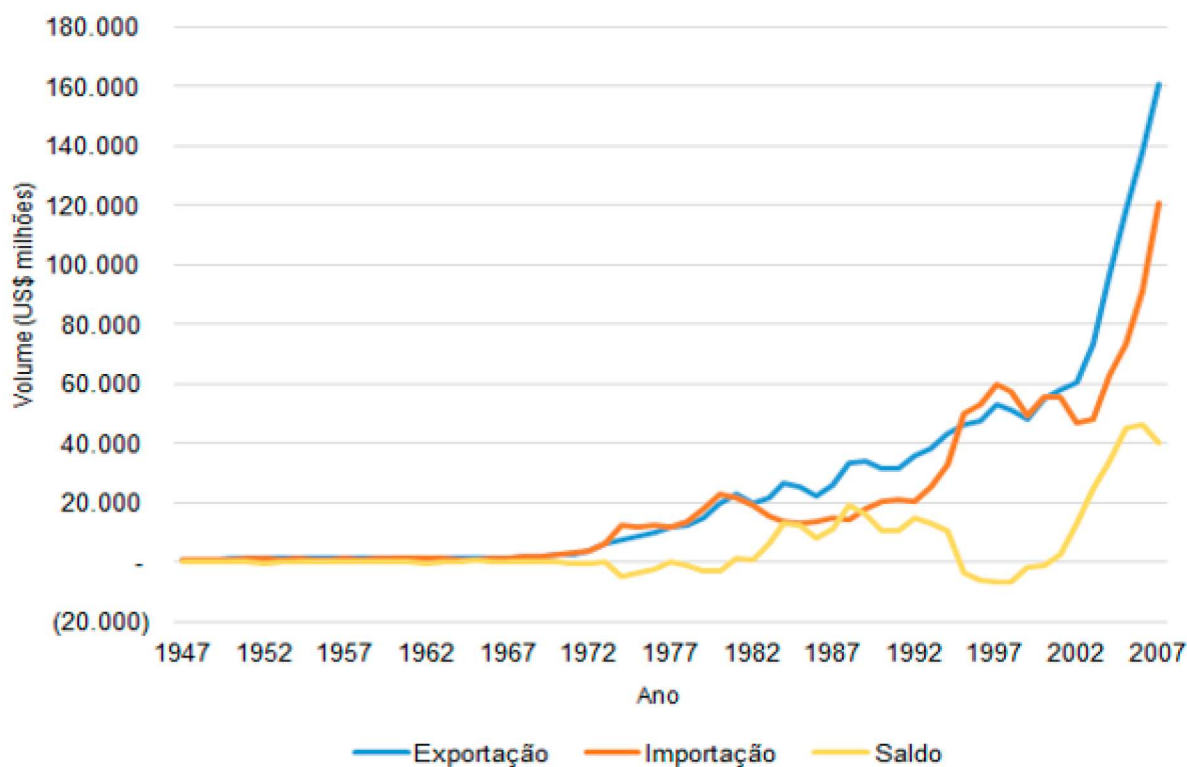
6.1 IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SALDO

As vantagens do comércio entre países já foram evidenciadas nesse trabalho, com base em uma descrição das principais teorias de comércio internacional. Sua principal finalidade é obter um aumento da produtividade através das exportações, uma vez que os países tendem a produzir certos tipos de produto em que possuem vantagens em relação aos concorrentes, e a importar os que possuem desvantagens.

No caso do Brasil, mesmo com um vasto território e diversas riquezas naturais, torna-se necessário esse comércio externo, uma vez que os custos de oportunidade para o país se tornam menores quando sua produção é remetida ao exterior. Tal fator ocorre por diversos fatores, como o aumento de economias de escala; tendência ao fortalecimento de inovações, uma vez que as empresas exportadoras tendem a modernizar seus produtos para concorrerem com o mercado internacional, dentre outros.

A seguir, será apresentado (FIGURA 1), a Balança Comercial Brasileira com 60 anos de comércio externo, entre 1947 e 2007, evidenciando o volume total das exportações e importações, bem como o saldo da balança comercial. Posteriormente, uma análise detalhada desse período faz-se necessária, para entender o dinamismo de tais valores, e relacionar com o mercado internacional, bem como com organismos que regulamentam o comércio internacional.

FIGURA 1 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (1947-2007)



FONTE: O autor (2019).

Entre 1947 e 1967, houve uma mudança pouco significativa no que tange a volume de exportações e importações, apresentando uma certa estabilidade nas variáveis. Nesse período, pode-se evidenciar que o Brasil, mesmo aderindo aos princípios do GATT, não alterou sua política externa ao ponto de realmente auferir um maior volume de comércio externo. Tal fato pode ser consequência das alternativas dos governos de restringirem as importações e estimular as exportações, com intuito de manter o saldo da balança comercial positivo.

O período do milagre econômico brasileiro, entre 1967 e 1973, foi o início de uma mudança substancial em volume de comércio externo, levando o país a um aumento tanto das exportações quanto das importações, o que estimulou o desenvolvimento brasileiro. Após esse período, o saldo da balança comercial obteve valores negativos até 1980, com exceção do ano de 1977. Apesar de um crescente aumento das exportações nesse período, o fator culminante para os saldos negativos foi um aumento proporcionalmente superior das importações, como consequência principal do choque do petróleo em 1974.

A década de 80, foi marcada por um conjunto de estímulos cambiais, fiscais e de créditos por parte do governo brasileiro, fator que resultou em superávits comerciais ao longo de todo o período. Houve um crescente aumento das exportações, enquanto no âmbito das importações, observa-se uma paulatina diminuição no decorrer da década.

Entre 1990 e 1994, a balança comercial brasileira, ainda permaneceu com superávits anuais. Apesar do aumento das importações nesse período, houve também um aumento substancial nas exportações. Nesse período, foram extinguidas a maior parte das barreiras não-tarifárias que acompanhavam o país desde o período de substituição de importações, fator que culminou em uma redução das tarifas de importações que ocorreu de forma gradual até 1994.

Na segunda metade da década de 90, efeitos expansionistas sobre as importações modificaram o comportamento da balança comercial. Com o lançamento do Plano Real em 1994, houve uma estabilização da economia, aliada a uma liberalização comercial. Nesse período, o Brasil apresentou déficits no saldo da balança comercial, devido ao crescente aumento das importações.

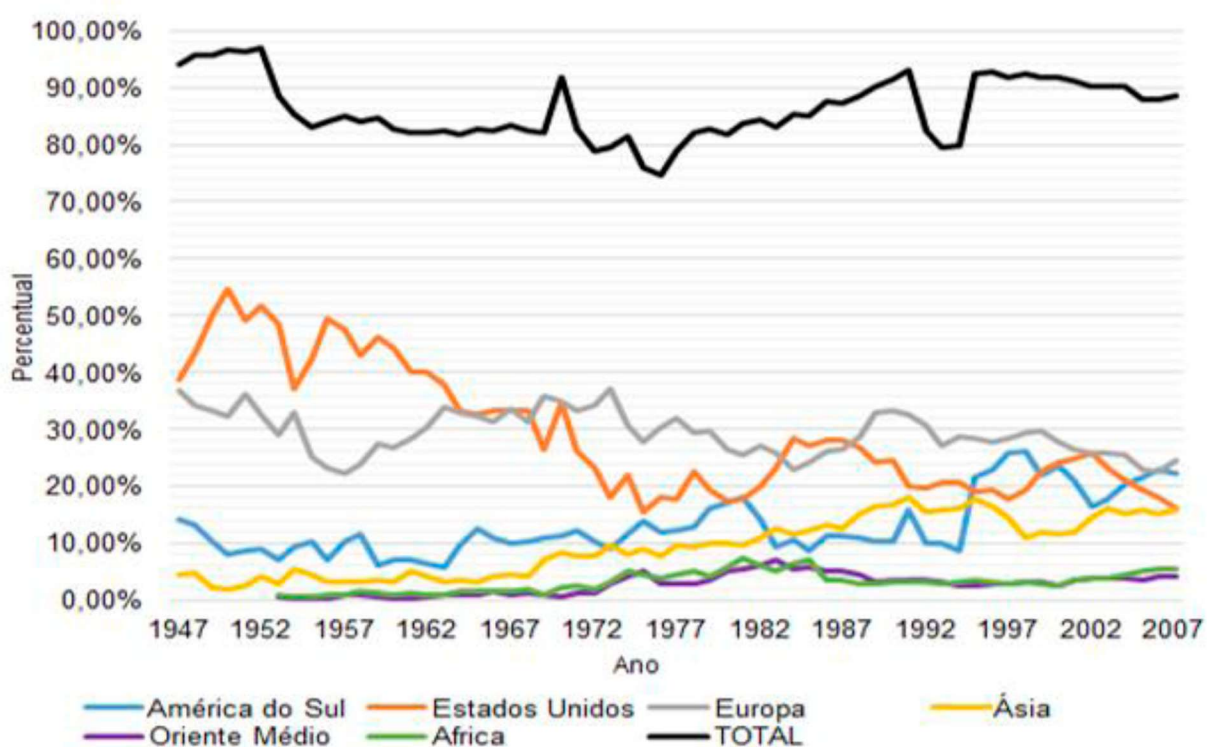
Finalmente, o início dos anos 2000, até 2007, foi um período marcado por um crescente aumento das exportações brasileiras, que conseqüentemente trouxeram ao país números recordes em se tratando de balança comercial. Tal fator pode ser explicado pelo intenso comércio mundial no período, demandando uma maior quantidade de produtos a preços crescentes.

Portanto, mesmo o país aderindo as normas estabelecidas por órgãos de comércio internacional, as políticas de exportação e importação começaram a dar sinais de aumento nas negociações externas somente a partir da década de 70. Embora até os anos 2000, o Brasil tenha conquistado um mercado crescente no que tange ao comércio externo, o país não conseguiu aumentar sua participação relativa, indicando que o Brasil não acompanhou o crescimento de comércio externo dos demais países do mundo. Após os anos 2000, a economia brasileira obteve indicadores de superávits expressivos da balança comercial, mostrando a dependência do país da conjuntura econômica mundial, uma vez que a demanda mundial teve um aumento exponencial nesse período.

6.2 DESTINO DAS EXPORTAÇÕES E ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

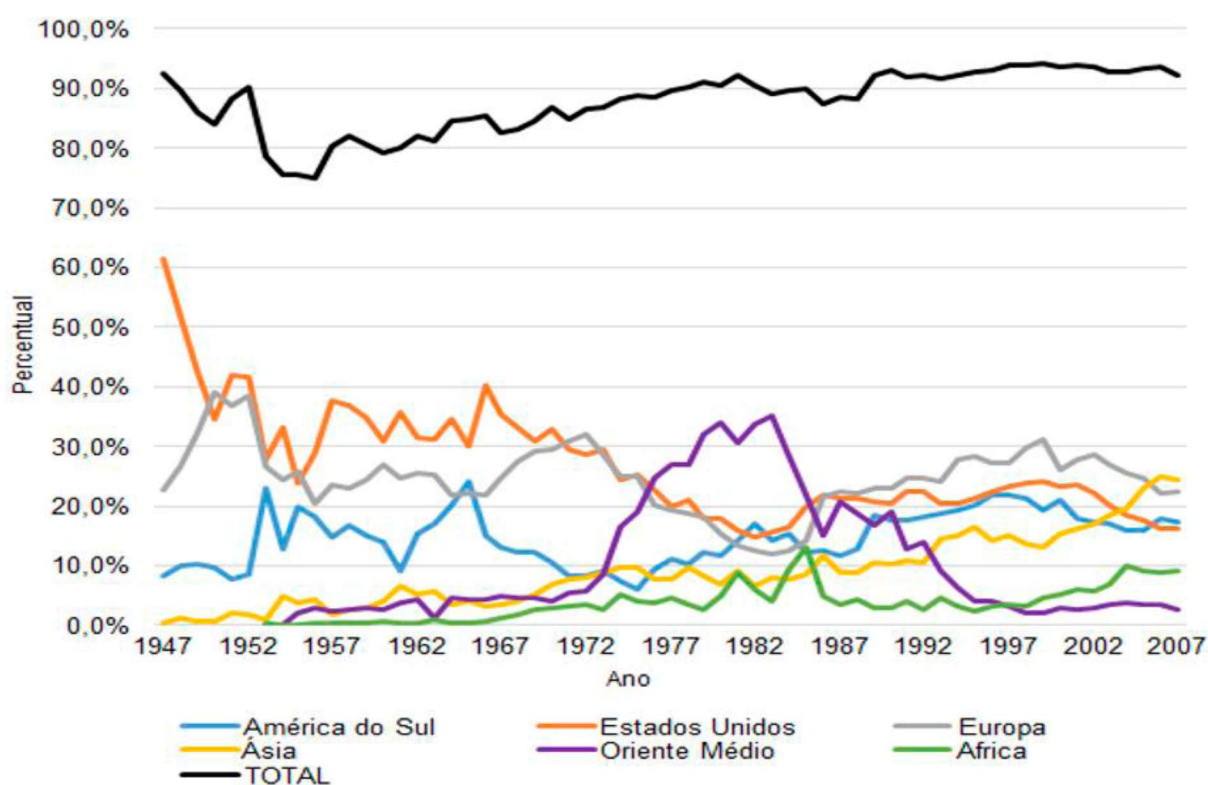
Um aspecto muito relevante para a análise da composição das exportações e importações brasileiras, é a sua distribuição para os continentes, a fim de observar a evolução do destino das exportações e a origem das importações. Além dos Estados Unidos, principal parceiro econômico do país no período observado, serão evidenciadas as participações dos demais continentes, no período entre 1947 e 2007, abaixo (FIGURA 2) e (FIGURA 3):

FIGURA 2 – DESTINO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (1947-2007)



FONTE: O autor (2019).

FIGURA 3 –ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (1947-2007)



FONTE: O autor (2019).

No período entre 1947 e 1967, no que tange as exportações brasileiras, é notório a variação percentual dos Estados Unidos e da Europa, e após alguns anos de crescimento da participação estadunidense, enquanto ocorria uma diminuição da participação europeia, ao final de 1967, tanto Estados Unidos quanto Europa permaneceram com 33% de participação. Já para as importações, os primeiros anos podem ser analisados a partir de uma diminuição da participação estadunidense, enquanto há um súbito aumento da participação europeia, seguido por queda a partir de 1950. É importante destacar que a América do Sul obteve certa variação da participação no subperíodo, chegando até a superar a participação da Europa em 1965.

De 1967 até 1973, os Estados Unidos perderam ainda mais participação na pauta exportadora brasileira, passando para 18% no final do período. África, Oriente Médio e Ásia, apresentaram os primeiros sinais de um aumento percentual não só no subperíodo descrito, como até o final da década de 70, indicando o que já foi descrito em tópicos anteriores, que o Brasil aumentou sua diversificação de comércio externo com diferentes países. Nas importações, o destaque é para a América do Sul, que

segue uma tendência de queda iniciada após o ápice em 1965, finalizando esse subperíodo com uma participação de 9%. Até o final da década de 70, como consequência da crise do petróleo, o Oriente Médio passou a ter participação de 33%, enquanto em 1967 o percentual de participação era de 4,8%.

Na década de 80, houve um aumento das exportações estadunidenses, passando de 17% em 1980 para 28% em 1984. Até o final da década, esse valor obteve queda de 4 pontos percentuais. As exportações para a Ásia aumentaram de 9% para 16% no período. Ao analisar as importações, destaca-se a queda acentuada da participação do Oriente Médio. Já Ásia, América do Sul, Estados Unidos e Europa, aumentam seu percentual ao longo da década.

De 1990 até 1994, houve quedas percentuais em todos os destinos das exportações analisados, indicando que houve um aumento da participação dos destinos não incluídos na análise, de forma que total observado passou de 91% para 79% no subperíodo. Para as importações, é importante destacar que o Oriente Médio, assim como no subperíodo anterior, perdeu grande parte da sua participação, passando de 19% para 6%. Já a Ásia, obteve um aumento de 50% nesse subperíodo, passando de 10% para 15%.

Até o final da década de 90, o destaque no destino das exportações é o aumento da participação da América do Sul, como consequência da criação do Mercosul. As exportações brasileiras para os Estados Unidos também obtiveram aumento percentual no período, enquanto Europa e Ásia, perderam participação nas exportações. No que tange as importações, o Oriente Médio segue perdendo percentual, chegando a aproximados 3% no final da década.

Por fim, o início dos anos 2000, até 2007, foi marcado por uma diminuição da participação estadunidense nas exportações e importações brasileiras. De forma contrária, a Ásia obteve uma evolução percentual como parceiro de comércio externo com o Brasil.

Os primeiros anos das rodadas de negociação do GATT, tiveram como resultado para o Brasil uma perda na dependência dos Estados Unidos, no que tange ao comércio externo. Até essa época, o Brasil possuía um alinhamento com a economia estadunidense, porém conforme essa hegemonia americana acabava de fato não trazendo benefícios reais de comércio com o Brasil, tornou-se necessário um maior dinamismo dos seus parceiros de comércio.

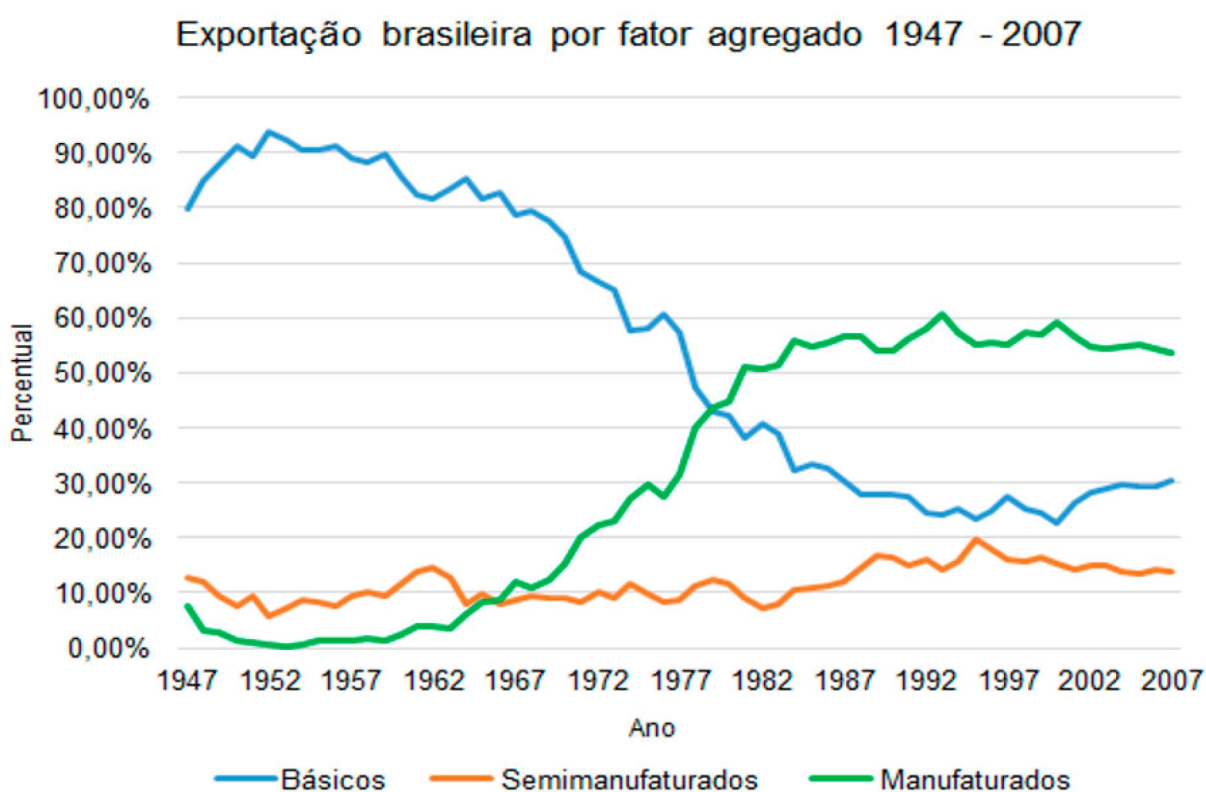
6.3 EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO

O conceito de fator agregado envolve o agrupamento dos produtos em três grandes classes, levando em conta a maior ou menor quantidade de transformação. A análise gráfica que será apresentada, levará em conta a agregação de valor que a mercadoria sofreu durante o seu processo produtivo.

Os produtos básicos, são aqueles de baixo valor agregado, que sofreram poucas transformações até a venda final. Podem ser caracterizados por um intensivo uso de mão de obra. Já os semimanufaturados, são produtos que passaram por algum tipo de transformação, durante a sua produção. Por fim, os manufaturados, recorrem a produtos de alto valor agregado, possuindo normalmente certo grau de tecnologia.

A importância desse tópico é demonstrar a mudança relevante no perfil da pauta exportadora brasileira, no período entre 1947 e 2007, evidenciado abaixo (FIGURA 4):

FIGURA 4 –EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO (1947-2007)



FONTE: O autor (2019).

O primeiro subperíodo analisado, entre 1947 e 1967, indica um longo período de baixa participação dos produtos manufaturados, chegando à representação em

média de 1% da exportação durante toda a década de 50. Para os produtos semimanufaturados, houve anos de alta participação, entre o final da década de 50, e início dos anos 60, e ao final desse subperíodo houve uma queda de 4% em relação ao demonstrado em 1947. Para os produtos básicos, a porcentagem exportada chegou ao mais alto valor que será analisado nesse item, com cerca de 94% de participação em 1953. Após o ano destacado, sua porcentagem decaiu até 78% no final de 1967.

Durante o milagre econômico, de 1968 até 1973, houve um aumento de aproximadamente 130% dos produtos manufaturados na exportação, passando de 10% para 23%, indicando que a fase de desenvolvimento da economia brasileira desenvolveu setores de alta tecnologia e maior valor agregado. Os produtos semimanufaturados permaneceram com estabilidade percentual ao longo dos anos descritos. Esse período foi marcado por ganhos no que tange a produtividade em setores industriais, logo, os produtos básicos perderam cerca de 14% de sua participação. O restante da década de 70, foi marcado por uma alteração do principal fator agregado nas exportações brasileiras, fato que ocorreu em 1979, quando o setor de manufaturados obteve 43,59% de participação, enquanto o de produtos básicos finalizou o ano com 42,98%.

Em toda a década de 80, como reflexo das políticas de industrialização brasileira iniciadas no final dos anos 60, os produtos manufaturados continuaram a obter um maior percentual nas exportações brasileiras, chegando a 54% em 1989. Houve um aumento também para os produtos semimanufaturados, que alcançaram uma margem 5% superior ao início da década. Para os produtos básicos, fica evidente que sua participação foi reduzida, passando de 42% para 27%.

Entre 1990 e 1994, a mudança foi pouco significativa entre os fatores agregados, apenas com um aumento de 2% na participação dos produtos manufaturados, compensando pela mesma queda percentual dos produtos básicos.

Na segunda metade da década de 90, o destaque é para o maior percentual dos produtos semimanufaturados em toda a base de dados, alcançando 19% de participação em 1995. Os produtos manufaturados e básicos sofreram pouca modificação, apesar da conjuntura econômica brasileira ter sofrido mudanças com a criação da Organização Mundial do Comércio e o surgimento do Mercosul, as variáveis analisadas nesse item não sofreram alterações percentuais. Apesar do

volume de comércio nessa época ter se elevado de maneira significativa, os setores agregados permaneceram com similares participações.

Entre 2000 e 2007, há uma tendência de queda do setor manufaturado, finalizando o subperíodo com 53% de participação, 6% menor do que no ano 2000. Os produtos semimanufaturados tiveram uma queda de aproximadamente 2% no decorrer da década. Já o setor de produtos básicos, absorveram toda essa variação negativa dos demais setores, finalizando com 30% de participação nas exportações brasileiras. Essa mudança, teve como ocorrência principal o aumento da demanda mundial por commodities, de maneira que novamente os produtos básicos passaram a ter uma representatividade crescente nas exportações ao longo dos anos 2000.

As orientações provenientes de organismos reguladores de comércio internacional, influenciaram a diminuição de tarifas entre os países. Tal fato, teve um efeito positivo sobre a redução da dependência externa brasileira do setor de produtos básicos, uma vez que tais facilitações de comércio, aliadas com políticas internas, concederam ao país um maior dinamismo das importações, e conseqüentemente aumentaram a produtividade de setores industriais brasileiros, através do aumento de insumos nesse setor.

O resultado proveniente dessa análise, é que o setor básico, que chegou a possuir 93% de participação nas exportações por fator agregado, obteve uma queda ao longo de todo o período analisado, e só voltou a obter uma crescente participação, no momento em que a demanda mundial se tornou expressivamente crescente. O setor manufatureiro, que chegou a possuir durante a segunda década da análise um percentual inferior a 1%, ao final do ano de 2007 representou mais da metade das exportações brasileiras. Já o semimanufaturado, obteve pouca variação em termos percentuais no período analisado.

6.4 ABERTURA ECONÔMICA

O Grau de Abertura Econômica é um fator determinante para analisar o padrão de comportamento protecionista brasileiro. Quanto maior for o grau de abertura, maiores são os efeitos dos movimentos do mercado internacional sentidos pelo mercado doméstico. Em contrapartida, há um benefício expressivo no que tange a produtividade, através de um barateamento das importações e dos bens de capital, levando a uma diminuição de custos com insumos produtivos.

O propósito dessa análise é estabelecer o grau de abertura econômica do Brasil entre 1950 e 2006. O período analisado difere do restante do tópico, pelo motivo do Relatório de 200 anos do Comércio Externo brasileiro apenas ter divulgado os dados de PIB e Abertura Econômica a partir de 1950, e finalizando essa análise em 2006.

O Grau de Abertura Econômica é calculado através da soma dos níveis de transações comerciais, importações e exportações anuais, em relação ao PIB, e será demonstrado esse grau para a economia brasileira (FIGURA 5) na sequência.

$$GA = \frac{X + M}{PIB}$$

Onde:

X = valor das exportações;

M = valor das importações;

PIB = Produto Interno Bruto.

O valor do PIB representa toda a produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, em um determinado período. Nesse caso, analisaremos o PIB anual. Seu cálculo é formalmente calculado da seguinte maneira:

$$PIB = C + I + G + (X - M)$$

Em que:

C = montante de bens consumidos;

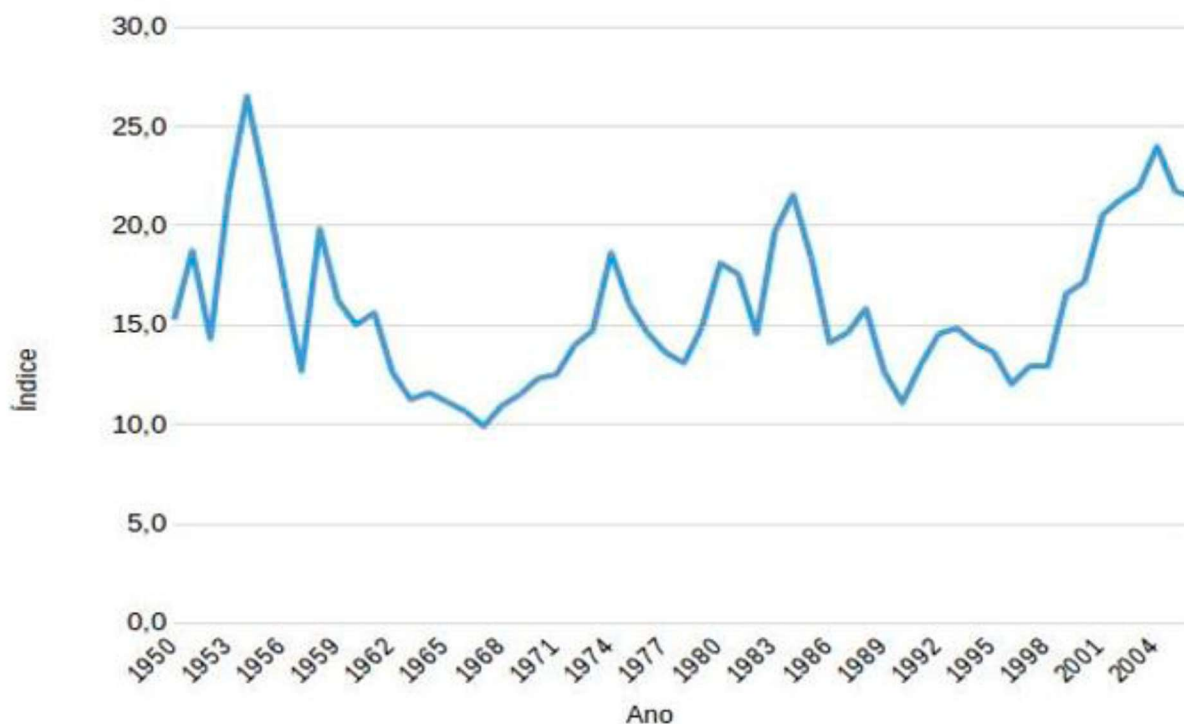
I = montante de investimentos;

G = despesas governamentais;

X = valor das exportações;

M = valor das importações.

FIGURA 5 – ABERTURA ECONÔMICA BRASILEIRA (1950-2006)



FONTE: O autor (2019).

Em 1954, o Brasil apresentou a maior abertura econômica não só nesse subperíodo, como em toda a análise, com grau de 26,5%. Tal fator é desencadeado por um aumento na representatividade das exportações e importações em relação ao PIB. Após um período de queda acentuada, o Grau de Abertura retomou seu crescimento, mas obteve ao fim desse subperíodo o menor se considerarmos todo o período em análise, representando 9,9% em 1967.

Durante o período do milagre econômico, 1968-1973, com crescimento e modernização econômica, o PIB foi alavancado pelo aumento da atividade industrial. O Grau de Abertura nesse período aumentou cerca de 50%, atingindo um grau de 14,7% no final de 1973. Ao longo do restante da década de 70, o Brasil passou um período de diminuição no Grau de Abertura.

Na década de 80, houve diversos desequilíbrios externos e internos, fator que atrapalhou o crescimento do Produto Interno Bruto. Em 1984, o país apresentou um Grau de Abertura superior a 20%, fato que não ocorria desde 1955, porém, até o término desse subperíodo, esse grau tornou-se decrescente, finalizando a década com 12%.

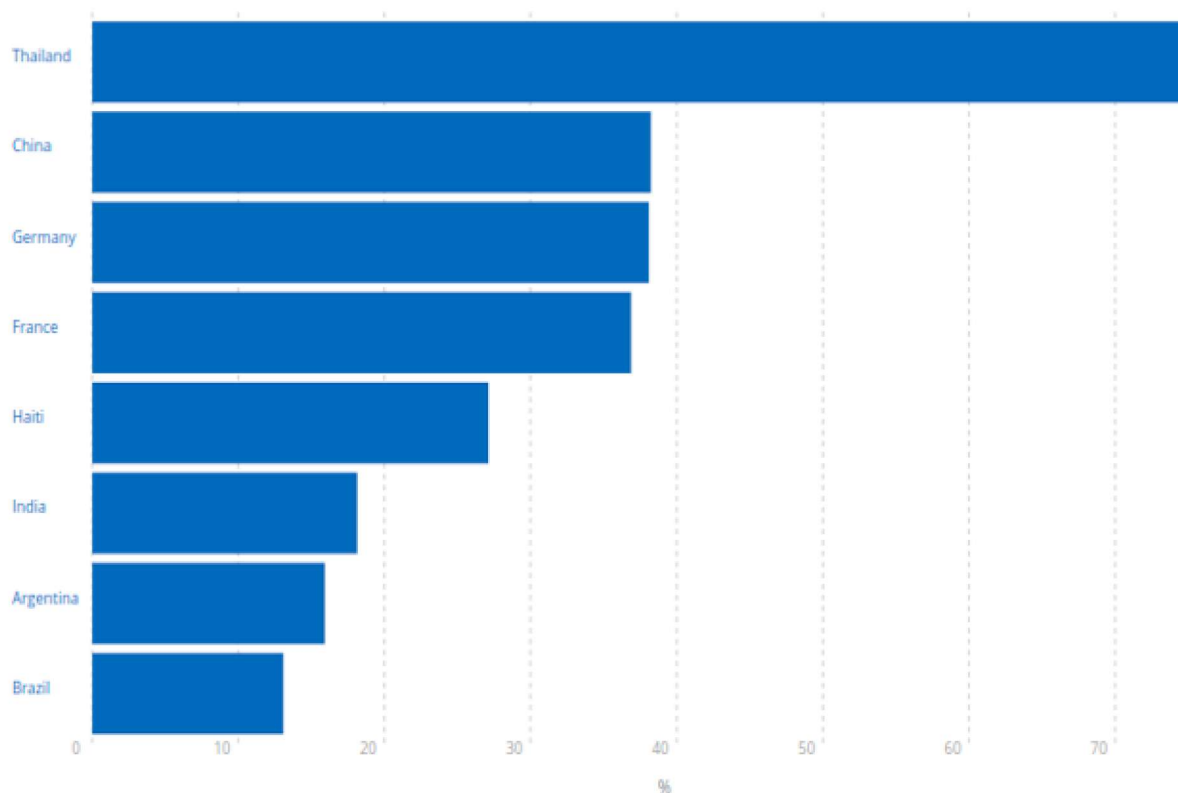
Entre 1990 e 1994, houve um aumento de 4% no grau de abertura da economia brasileira. Apesar do comércio externo ter se expandido através de uma liberalização comercial, o volume do PIB nesse período acompanhou o aumento das exportações e importações, contribuindo para um baixo grau de abertura, que terminou em 14%.

Na segunda metade da década de 90, através de uma estabilização econômica no país, e um crescente fluxo de importações no período, devido a sobrevalorização do Real, o Brasil apresentou um crescimento no grau de abertura, passando a 17%.

Já o subperíodo entre 2000 e 2006, devido a um crescimento das exportações e importações, tendo em vista um decréscimo do PIB nos primeiros anos do milênio, a patamares inferiores comparados a década anterior, levaram o Brasil a um grau de abertura econômica que ultrapassou os 20% em todos os anos a partir de 2001. Em 2004, esse grau alcançou 24%, e os dois últimos anos dessa análise, o Grau de Abertura só não foi superior, devido a um crescimento de mais de 50% no PIB.

A seguir, a (FIGURA 6) demonstra o grau de abertura de diversos países em 1995, como forma de analisar se o Brasil, comparado a outras economias, possui um caráter protecionista. Foram escolhidos países com diferentes níveis de desenvolvimento, e de variados continentes.

FIGURA 6 – ABERTURA ECONÔMICA DE ALGUNS PAÍSES EM 1995



Fonte: Banco Mundial

Como é possível observar, frente a outras economias mundiais, como China, Alemanha e França, o Brasil obtém um grau de abertura econômica demasiadamente inferior. Já em relações a economias menos desenvolvidas, como é o caso de Índia e Argentina, a diferença entre as aberturas econômicas não é muito elevada. Assim, pode-se concluir que o país deposita sua confiança em uma integração doméstica, e pouco participa das grandes redes mundiais de produção.

Nesse mesmo ano, 1995, o grau de abertura mundial das economias estava em torno de 33%, indicando que além de inferior aos países selecionados para análise, o Brasil também estaria em um nível de abertura econômica abaixo quando comparado a média dos demais países do globo.

A partir de 1994, a estabilização econômica, aliada ao desenvolvimento de um órgão regulador de comércio externo, a OMC, alavancaram o Brasil a um gradativo crescimento de abertura comercial. Porém, em todo o período analisado, o país nunca atingiu patamares considerados pelo Banco Mundial como de uma economia aberta, acima de 30%.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas brasileiras, a partir da criação do GATT, em um primeiro momento, pouco afetaram o desempenho do comércio externo brasileiro, visto que o volume importado e exportado obteve um crescente desempenho somente a partir da década de 70, quando os assuntos cobertos pela Rodada Tóquio, apresentaram, além de uma redução de tarifas, uma diminuição de barreiras não tarifárias.

Ainda nessa rodada, houve uma diminuição da tarifa média de 30% sobre o comércio mundial de manufaturados. Tal fato impactou no dinamismo das exportações brasileiras por fator agregado, indicando uma crescente participação do setor de produtos com maior valor agregado, que ultrapassou o setor de produtos básicos, que até então obtinham a maior participação percentual.

Diante de um processo de maior liberalização global desencadeado pela necessidade dos países em abandonarem suas políticas protecionistas advindas dos períodos entre guerras, e buscando um alinhamento com as recomendações provenientes do GATT e posteriormente da OMC, o Brasil obteve uma crescente diversificação dos países e blocos com que negociava externamente. Finalizou o período em análise com uma diminuição da dependência dos EUA, e aumentando o comércio com Ásia, África e Oriente Médio.

Após a criação da OMC, em 1994, o país rompeu paulatinamente suas práticas de cunho protecionistas, iniciando um processo de liberalização comercial, e, conseqüentemente, aplicando políticas que fortalecessem as relações comerciais externas, buscando uma crescente participação nas negociações que favorecessem essas relações. A estabilidade econômica que acompanhou o país após esse período, proporcionou aos anos 2000 um crescimento sem precedentes do valor exportado brasileiro, trazendo ao país os maiores níveis de superávits na balança comercial entre todo o período analisado.

Quando observamos a abertura econômica da economia brasileira, fica evidente a confirmação de estudos já apresentados no presente trabalho, que indicam que o Brasil, apesar de obter em certos períodos uma maior liberalização comercial, continua a ser uma das economias mais fechadas do mundo. Após a criação do GATT, o Brasil apresentou um grau de abertura mais elevada, porém em períodos de desenvolvimento da indústria nacional, a relação entre o volume exportado e o PIB se tornou menor, desencadeando um atraso no processo de abertura da economia. Já

com o desenvolvimento da OMC, o país, após uma série de ajustes em sua conjuntura econômica, conseguiu obter um maior nível de abertura no início dos anos 2000.

As análises apresentadas nesse trabalho tiveram como propósito demonstrar a evolução das relações comerciais externas brasileiras considerando as recomendações advindas de mecanismos de regulamentação de comércio internacional. Desde Adam Smith e David Ricardo, nos séculos XXVIII e XIX, respectivamente, até as mais modernas teorias de comércio internacional descritas no século XX, é possível observar os ganhos dos países em obterem um maior volume comercializado fora de suas fronteiras, evidenciando as vantagens dessas trocas comerciais.

O Brasil, apesar de ter conhecimento dos diversos mecanismos que beneficiariam o país conforme se distanciasse de um modelo econômico protecionista, através de ganhos com a diminuição de custos de oportunidade, ainda insiste em políticas que visem o desenvolvimento interno frente as demais cadeias de produção globais. Torna-se necessário então, o apoio de políticas públicas, para que o país realmente consiga uma maior inserção no comércio externo, através de uma diminuição de suas tarifas, e maior comprometimento com os demais órgãos de comércio internacional.

Considerando que a análise utilizada foi descritiva, para uma maior compreensão da influência dos mecanismos internacionais na evolução do comércio externo brasileiro, serão necessários estudos que utilizem bases estatísticas com um maior detalhamento do assunto. As conclusões evidenciadas nesse trabalho, levaram em conta o período entre 1947 e 2007, tornando-se necessário também estender essa análise para os seguintes anos, a fim de verificar se o padrão protecionista brasileiro sofreu alterações posteriores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. de. **O Brasil e o multilateralismo econômico**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- AMARAL JÚNIOR, A. **A Solução de Controvérsias da OMC e a Aplicação do Direito Internacional**. São Paulo: s.ed., 2006.
- BARRAL, W. Protecionismo e neoprotecionismo no comércio internacional. In: **O Brasil e o Protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 269 p. cap. 1, p.13-38, 2002
- BAUMANN, R, e GONÇALVES, R. **Economia Internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- DAVANZO, J. N. et al. O comércio internacional e a política protecionista brasileira: uma análise no período recente, 2017. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/4025137.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- GONÇALVES, R. (2001). **Economia Política Internacional: Fundamentos Teóricos e as relações internacionais do Brasil**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- GUIMARÃES, P. E. **Política de comércio exterior brasileira no contexto da abertura comercial**; In: LANZANA, Antonio E. T. (et al.) *Gestão de negócios internacionais*. 1ª. ed., São Paulo, 2006.
- IRWIN, D. A. "The Nixon shock after forty years: the import surcharge revisited. **World Trade Review**, v. 12, n. 1, p. 29-56, 2013.
- JONES, R. W. **The Political Economy of International Trade**. Basil Blackwell, New York, 1977.
- KRUGMAN, P. R.; OBSTEFELD, M.; MELITZ M. J. **Economia Internacional**. 10ª edição. Pearson Education do Brasil, São Paulo, 2015.
- LIMA, T. de M. N. **GATT/OMC: uma análise institucional**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LIST, G. F. (1841). **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural [1983].
- MDIC, Ministério da Economia. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/balanca/outras/200_anos.zip>. Acesso em: 04 nov. 2019.
- MOREIRA, U. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 213-228, June 2012.
- OHLIN, B. G. **Interregional and International Trade**. Boston: Harvard University Press, 1933.

OLIVEIRA, I. T. M. A ordem econômico-comercial internacional: uma análise da evolução do sistema multilateral de comércio e da participação da diplomacia econômica brasileira no cenário mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 217-272, Julho/dezembro, 2007.

PEREIRA, J. A. A política anfandegária brasileira: entre o protecionismo e o liberalismo. **Cadernos de Iniciação Científica**, S. B. do Campo, n. 14, 2017.

PINHEIRO, L.; HIRST, M. A política externa do Brasil em dois tempos. **Rev. Bras. Polít. Int.** 38 (1): 5-23 [1995].

RABELO, F. As Longas Raízes do Protecionismo: 1930 e as relações entre indústria e governo. **Revista Economia**, Brasília ed. 13 p. 868-870. 2012.

RICARDO, D (1821). *On The Principles of Political Economy And Taxacion*. Third Edition. Batoche Books, Canadá, 2001.

RODRIGUES, T. S. (et al). A agricultura nas negociações multilaterais da Rodada Doha e suas implicações para o Brasil. **Revista de Economia**, v. 34, n. 2, p. 95-115, maio/ago. 2008. Editora UFPR.

RYBCZYNSKI, T. M. (1955). Factor Endowment and Relative Commodity Prices. **Economica**, New Series, v. 22, n. 88, p. 336-341, nov. 1955.

SCHUMPETER, J. A. **History of economic analyses**. New York. Oxford University Press, 1954.

SEITENFUS, R. A. S. **Manual das organizações internacionais**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SMITH, A. (1776). **An Inquiry Into The Nature And Causes Of The Wealth of Nations**. Liberty Fund, 1981.

STOLPER, W. F.; Samuelson, P. A. Protection and Real Wages. **The Review of Economic Studies**, vol 9, n. 1, p. 58-73. 1941.

THORSTENSEN, V. OMC – Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. **Revista brasileira de política internacional**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 29-58. 1998.

VALÉRIO, M. A. G. Organização mundial do comércio: novo ator na esfera internacional. **Revista de informação legislativa**, v. 46, n. 184, p. 121-130, out./dez. 2009.

XAVIER, C.L; MARÇAL, E.F. O impacto da composição setorial, dos fluxos intra-setoriais e da abertura comercial na participação do mercado de exportações brasileiras. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 22, n. 41. 2004.

APÊNDICE 1 - TABELAS

TABELA 1 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – 1947/2007

Valores em US\$ milhões

	Exportação	Importação	Saldo
1947	1.157	1.027	130
1948	1.183	905	278
1949	1.100	947	153
1950	1.359	934	425
1951	1.771	1.703	68
1952	1.416	1.702	-286
1953	1.539	1.145	394
1954	1.562	1.415	147
1955	1.423	1.104	319
1956	1.482	1.046	436
1957	1.392	1.285	107
1958	1.243	1.179	64
1959	1.282	1.210	72
1960	1.269	1.293	-24
1961	1.403	1.292	111
1962	1.214	1.304	-90
1963	1.406	1.294	112
1964	1.430	1.086	344
1965	1.595	941	654
1966	1.741	1.303	438
1967	1.654	1.441	213
1968	1.881	1.855	26
1969	2.311	1.993	318
1970	2.739	2.507	232
1971	2.904	3.247	-343
1972	3.991	4.232	-241
1973	6.199	6.192	7
1974	7.951	12.641	-4.690
1975	8.670	12.210	-3.540
1976	10.128	12.383	-2.255
1977	12.120	12.023	97
1978	12.659	13.683	-1.024
1979	15.244	18.084	-2.839
1980	20.132	22.955	-2.823
1981	23.293	22.091	1.202
1982	20.175	19.395	780
1983	21.899	15.429	6.470
1984	27.005	13.916	13.090
1985	25.639	13.153	12.486
1986	22.349	14.044	8.304
1987	26.224	15.051	11.173
1988	33.789	14.605	19.184
1989	34.383	18.263	16.119
1990	31.414	20.661	10.752
1991	31.620	21.040	10.580

Continua

TABELA 1 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – 1947/2007

Valores em US\$ milhões

	Exportação	Importação	Saldo
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.555	25.256	13.299
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.972	-3.466
1996	47.747	53.346	-5.599
1997	52.994	59.747	-6.753
1998	51.140	57.763	-6.624
1999	48.013	49.302	-1.289
2000	55.119	55.851	-732
2001	58.287	55.602	2.685
2002	60.439	47.243	13.196
2003	73.203	48.326	24.878
2004	96.678	62.836	33.842
2005	118.529	73.600	44.929
2006	137.807	91.349	46.458
2007	160.649	120.620	40.029

Fonte: 200 anos do comércio exterior brasileiro, MDIC.

TABELA 2 – DESTINO DAS EXPORTAÇÕES – 1947/2007

Percentual total

	América do Sul	Estados Unidos	Europa	Ásia	Oriente Médio	Africa	TOTAL
1947	14,10%	38,78%	36,72%	4,38%			94,0%
1948	13,30%	43,26%	34,14%	4,87%			95,6%
1949	10,15%	50,20%	33,23%	2,06%			95,6%
1950	8,10%	54,52%	32,21%	1,76%			96,6%
1951	8,60%	49,01%	36,21%	2,67%			96,5%
1952	8,90%	51,56%	32,57%	3,97%			97,0%
1953	7,10%	48,43%	28,98%	2,89%	0,46%	0,89%	88,8%
1954	9,30%	37,05%	32,82%	5,31%	0,20%	0,65%	85,3%
1955	10,30%	42,28%	25,08%	4,52%	0,39%	0,66%	83,2%
1956	6,90%	49,56%	23,26%	3,23%	0,37%	0,75%	84,1%
1957	10,30%	47,40%	22,28%	3,20%	0,94%	0,90%	85,0%
1958	11,70%	43,00%	23,97%	3,13%	0,90%	1,40%	84,1%
1959	6,00%	46,18%	27,40%	3,40%	0,47%	1,23%	84,7%
1960	7,00%	44,42%	26,67%	3,30%	0,38%	0,95%	82,7%
1961	6,90%	40,11%	28,56%	5,04%	0,35%	1,09%	82,1%
1962	6,30%	39,93%	30,43%	4,11%	0,65%	0,76%	82,2%
1963	5,70%	37,74%	34,02%	3,28%	0,75%	0,97%	82,5%
1964	9,70%	33,18%	32,94%	3,41%	0,86%	1,68%	81,8%
1965	12,60%	32,61%	32,22%	3,00%	0,81%	1,40%	82,6%
1966	10,80%	33,38%	31,25%	4,22%	1,41%	1,41%	82,5%
1967	9,80%	33,12%	33,45%	4,33%	0,90%	1,68%	83,3%
1968	10,30%	33,33%	31,36%	4,27%	1,08%	2,01%	82,4%
1969	11,00%	26,37%	35,69%	7,17%	0,95%	1,05%	82,2%
1970	11,10%	34,68%	34,93%	8,20%	0,64%	2,15%	91,7%
1971	12,20%	26,13%	33,16%	7,70%	1,21%	2,37%	82,8%
1972	10,20%	23,33%	34,35%	7,58%	1,29%	2,02%	78,8%
1973	9,00%	18,11%	37,05%	9,74%	2,80%	3,00%	79,7%
1974	11,50%	21,85%	30,61%	8,04%	4,17%	5,24%	81,4%
1975	13,80%	15,42%	27,82%	9,11%	5,14%	4,61%	75,9%
1976	11,90%	18,20%	30,42%	7,78%	2,69%	3,78%	74,8%
1977	12,20%	17,73%	32,07%	9,57%	2,75%	4,42%	78,7%
1978	12,80%	22,66%	29,51%	9,22%	2,82%	5,02%	82,0%
1979	16,20%	19,29%	29,55%	9,93%	3,40%	4,27%	82,6%
1980	17,20%	17,43%	26,56%	9,87%	5,16%	5,73%	82,0%
1981	18,10%	17,65%	25,47%	9,73%	5,37%	7,32%	83,6%
1982	14,20%	20,00%	26,98%	11,07%	6,05%	6,13%	84,4%
1983	9,40%	23,12%	25,97%	12,64%	7,07%	4,94%	83,1%
1984	10,50%	28,55%	22,80%	11,62%	5,39%	6,36%	85,2%
1985	8,70%	27,13%	24,29%	12,38%	5,73%	6,93%	85,2%
1986	11,30%	28,22%	26,26%	13,30%	5,03%	3,53%	87,6%
1987	11,30%	27,93%	26,47%	12,68%	5,15%	3,64%	87,2%
1988	11,00%	26,65%	28,74%	15,14%	4,44%	2,78%	88,8%
1989	10,40%	24,34%	32,88%	16,42%	3,30%	2,81%	90,1%
1990	10,40%	24,57%	33,26%	16,77%	3,37%	3,22%	91,6%
1991	15,80%	20,12%	32,60%	17,99%	3,49%	3,27%	93,3%
1992	9,80%	19,72%	30,62%	15,58%	3,52%	3,18%	82,4%

Continua

Continuação

TABELA 2 – DESTINO DAS EXPORTAÇÕES – 1947/2007

Percentual total

	América do Sul	Estados Unidos	Europa	Ásia	Oriente Médio	Africa	TOTAL
1993	9,80%	20,72%	27,15%	15,85%	3,15%	2,88%	79,6%
1994	8,80%	20,56%	28,82%	16,18%	2,41%	3,10%	79,9%
1995	21,50%	18,92%	28,46%	17,61%	2,64%	3,41%	92,5%
1996	23,00%	19,50%	27,84%	16,37%	2,76%	3,20%	92,7%
1997	25,80%	17,75%	28,25%	14,59%	2,70%	2,87%	92,0%
1998	26,20%	19,30%	29,53%	10,98%	3,13%	3,23%	92,4%
1999	22,00%	22,60%	29,58%	11,94%	3,09%	2,78%	92,0%
2000	23,40%	24,27%	27,84%	11,48%	2,42%	2,44%	91,8%
2001	21,00%	24,70%	26,57%	11,93%	3,48%	3,41%	91,1%
2002	16,40%	25,74%	25,83%	14,56%	3,86%	3,91%	90,3%
2003	17,70%	23,14%	25,70%	15,96%	3,83%	3,91%	90,2%
2004	20,40%	21,10%	25,52%	15,08%	3,82%	4,39%	90,3%
2005	21,50%	19,24%	22,81%	15,66%	3,62%	5,05%	87,9%
2006	22,90%	17,98%	22,53%	15,11%	4,17%	5,41%	88,1%
2007	22,40%	16,18%	24,60%	15,90%	4,18%	5,50%	88,8%

Fonte: 200 anos do comércio exterior brasileiro, MDIC.

TABELA 3 – ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES – 1947/2007

(Percentual total)

	América do Sul	Estados Unidos	Europa	Ásia	Oriente Médio	Africa	TOTAL
1947	8,2%	61,3%	22,6%	0,4%			92,6%
1948	10,1%	51,8%	26,6%	1,3%			89,8%
1949	10,3%	42,5%	32,4%	0,6%			85,9%
1950	9,7%	34,5%	39,0%	0,7%			84,0%
1951	7,6%	41,8%	36,8%	2,0%			88,2%
1952	8,6%	41,6%	38,4%	1,7%			90,3%
1953	23,1%	27,8%	26,6%	0,9%	0,0%	0,3%	78,7%
1954	12,7%	33,2%	24,3%	5,0%	0,1%	0,2%	75,4%
1955	19,8%	24,0%	25,9%	3,7%	2,0%	0,1%	75,4%
1956	18,2%	28,8%	20,4%	4,4%	2,8%	0,3%	75,0%
1957	14,6%	37,8%	23,4%	1,8%	2,3%	0,5%	80,5%
1958	16,8%	37,0%	22,9%	2,5%	2,6%	0,4%	82,0%
1959	15,2%	34,9%	24,5%	2,9%	2,9%	0,3%	80,5%
1960	14,0%	31,0%	26,9%	4,1%	2,6%	0,5%	79,1%
1961	9,1%	35,7%	24,8%	6,5%	3,6%	0,4%	80,2%
1962	15,3%	31,4%	25,4%	5,3%	4,4%	0,4%	82,1%
1963	17,1%	31,1%	25,4%	5,6%	1,3%	0,9%	81,3%
1964	20,0%	34,5%	21,7%	3,4%	4,6%	0,4%	84,6%
1965	24,2%	29,9%	22,0%	4,0%	4,3%	0,4%	84,8%
1966	15,0%	40,1%	21,8%	3,3%	4,4%	0,8%	85,4%
1967	13,0%	35,4%	24,6%	3,4%	4,8%	1,3%	82,5%
1968	12,2%	33,0%	27,4%	4,0%	4,7%	1,8%	83,1%
1969	12,1%	30,8%	29,3%	5,2%	4,6%	2,8%	84,7%
1970	10,5%	32,9%	29,5%	7,0%	4,2%	2,9%	86,9%
1971	8,4%	29,4%	30,9%	7,6%	5,3%	3,2%	84,8%
1972	8,3%	28,6%	32,0%	8,1%	5,9%	3,6%	86,5%
1973	9,0%	29,4%	28,5%	8,8%	8,5%	2,7%	86,8%
1974	7,5%	24,4%	25,0%	9,7%	16,5%	5,3%	88,3%
1975	5,9%	25,3%	25,0%	9,6%	19,0%	4,1%	88,9%
1976	9,5%	22,8%	20,1%	7,8%	24,6%	3,8%	88,6%
1977	11,2%	20,0%	19,4%	7,6%	27,1%	4,6%	89,8%
1978	10,4%	21,1%	18,7%	9,8%	26,8%	3,5%	90,3%
1979	12,2%	17,9%	18,1%	8,2%	32,1%	2,6%	91,1%
1980	11,7%	17,9%	15,3%	6,8%	33,9%	4,8%	90,5%
1981	14,2%	15,9%	13,5%	9,1%	30,6%	9,0%	92,2%
1982	16,9%	14,8%	12,6%	6,6%	33,7%	6,0%	90,5%
1983	14,3%	15,6%	12,1%	7,9%	35,0%	4,1%	89,0%
1984	15,4%	16,5%	12,4%	7,7%	28,3%	9,3%	89,5%
1985	12,3%	19,8%	14,2%	8,6%	21,9%	13,2%	89,9%
1986	12,5%	22,0%	21,4%	11,7%	15,0%	5,0%	87,5%
1987	11,8%	21,2%	22,4%	8,8%	20,8%	3,5%	88,5%
1988	12,7%	21,4%	22,1%	8,8%	18,8%	4,4%	88,2%
1989	18,5%	20,7%	22,9%	10,5%	16,8%	3,0%	92,3%
1990	17,7%	20,3%	22,9%	10,2%	19,1%	2,8%	93,1%
1991	17,5%	22,5%	24,6%	10,8%	12,7%	4,0%	92,0%

Continua

Continuação

TABELA 3 – ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES – 1947/2007

(Percentual total)

	América do Sul	Estados Unidos	Europa	Ásia	Oriente Médio	Africa	TOTAL
1992	18,0%	22,5%	24,6%	10,6%	13,9%	2,7%	92,2%
1993	18,9%	20,4%	24,2%	14,6%	9,0%	4,6%	91,7%
1994	19,3%	20,5%	27,8%	15,0%	6,4%	3,2%	92,4%
1995	20,0%	21,3%	28,4%	16,5%	4,1%	2,4%	92,7%
1996	21,9%	22,4%	27,2%	14,3%	4,1%	3,2%	93,2%
1997	21,8%	23,3%	27,1%	15,1%	3,2%	3,3%	93,9%
1998	21,4%	23,7%	29,8%	13,6%	2,1%	3,1%	93,8%
1999	19,2%	24,1%	31,1%	13,1%	2,2%	4,5%	94,2%
2000	20,9%	23,3%	26,0%	15,4%	2,8%	5,2%	93,6%
2001	18,0%	23,5%	27,8%	16,1%	2,6%	6,0%	93,9%
2002	17,4%	22,1%	28,6%	16,9%	3,0%	5,7%	93,7%
2003	17,0%	20,1%	27,0%	18,5%	3,4%	6,8%	92,8%
2004	16,0%	18,4%	25,4%	19,5%	3,7%	9,8%	92,8%
2005	15,8%	17,5%	24,8%	22,9%	3,4%	9,0%	93,4%
2006	17,8%	16,2%	22,1%	25,1%	3,5%	8,9%	93,6%
2007	17,4%	16,2%	22,5%	24,5%	2,6%	9,1%	92,2%

Fonte: 200 anos do comércio exterior brasileiro, MDIC.

TABELA 4 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO – 1947/2007

Participação percentual sobre o valor total

	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1947	79,70%	12,60%	7,70%
1948	84,82%	11,89%	3,29%
1949	87,79%	9,45%	2,76%
1950	91,11%	7,70%	1,18%
1951	89,43%	9,61%	0,95%
1952	93,78%	5,72%	0,49%
1953	92,30%	7,29%	0,40%
1954	90,62%	8,71%	0,66%
1955	90,38%	8,27%	1,34%
1956	91,26%	7,57%	1,16%
1957	89,19%	9,52%	1,29%
1958	88,18%	10,15%	1,67%
1959	89,92%	9,56%	1,51%
1960	85,82%	11,58%	2,59%
1961	82,25%	13,87%	3,87%
1962	81,49%	14,69%	3,82%
1963	83,45%	12,92%	3,62%
1964	85,38%	8,04%	6,22%
1965	81,57%	9,65%	8,15%
1966	82,94%	8,09%	8,73%
1967	78,72%	8,88%	11,85%
1968	79,31%	9,46%	10,73%
1969	77,71%	9,13%	12,28%
1970	74,83%	9,09%	15,19%
1971	68,45%	8,29%	20,00%
1972	66,37%	9,99%	22,50%
1973	65,01%	9,25%	23,13%
1974	57,56%	11,53%	27,00%
1975	57,98%	9,79%	29,81%
1976	60,51%	8,31%	27,40%
1977	57,41%	8,61%	31,68%
1978	47,22%	11,22%	40,15%
1979	42,98%	12,37%	43,59%
1980	42,16%	11,66%	44,84%
1981	38,29%	9,08%	51,01%
1982	40,83%	7,10%	50,82%
1983	38,97%	8,13%	51,49%
1984	32,23%	10,63%	56,03%
1985	33,30%	10,75%	54,85%
1986	32,57%	11,14%	55,50%
1987	30,59%	12,10%	56,58%
1988	27,85%	14,47%	56,78%
1989	27,77%	16,88%	54,19%
1990	27,84%	16,26%	54,15%
1991	27,63%	14,83%	56,15%
1992	24,66%	16,06%	57,98%
1993	24,29%	14,12%	60,78%

Continua

Continuação

TABELA 4 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO – 1947/2007

Participação percentual sobre o valor total

	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1994	25,39%	15,82%	57,31%
1995	23,58%	19,66%	54,97%
1996	24,92%	18,03%	55,31%
1997	27,31%	15,99%	55,08%
1998	25,37%	15,87%	57,46%
1999	24,63%	16,62%	56,92%
2000	22,80%	15,42%	59,04%
2001	26,35%	14,15%	56,50%
2002	28,08%	14,85%	54,67%
2003	28,97%	14,97%	54,25%
2004	29,56%	13,92%	54,88%
2005	29,34%	13,49%	55,06%
2006	29,29%	14,19%	54,33%
2007	30,56%	13,91%	53,50%

Fonte: 200 anos do comércio exterior brasileiro, MDIC.

TABELA 5 – GRAU DE ABERTURA ECONÔMICA

Exportações + Importações / PIB
(Valores em US\$ Milhões)

	Exportações + Importações	PIB	Abertura Econômica
1950	2.293	15	15,3%
1951	3.474	18,1	18,7%
1952	3.118	21,9	14,3%
1953	2.684	12,4	21,7%
1954	2.977	11,2	26,5%
1955	2.527	11,4	22,2%
1956	2.528	14,6	17,3%
1957	2.677	21,1	12,7%
1958	2.422	12,2	19,8%
1959	2.492	15,3	16,3%
1960	2.562	17,1	15,0%
1961	2.695	17,2	15,6%
1962	2.518	20,0	12,6%
1963	2.700	24,0	11,3%
1964	2.516	21,7	11,6%
1965	2.536	22,8	11,1%
1966	3.044	28,5	10,7%
1967	3.095	31,3	9,9%
1968	3.736	34,1	10,9%
1969	4.304	37,4	11,5%
1970	5.246	42,6	12,3%
1971	6.151	49,2	12,5%
1972	8.223	58,8	14,0%
1973	12.391	84,1	14,7%
1974	20.592	110,4	18,7%
1975	20.880	129,9	16,1%
1976	22.511	154,0	14,6%
1977	24.144	177,2	13,6%
1978	26.342	201,2	13,1%
1979	33.328	223,5	14,9%
1980	43.088	237,8	18,1%
1981	45.384	258,6	17,6%
1982	39.570	271,3	14,6%
1983	37.328	189,5	19,7%
1984	40.921	189,7	21,6%
1985	38.793	211,1	18,4%
1986	36.393	257,8	14,1%
1987	41.275	282,4	14,6%
1988	48.395	305,7	15,8%
1989	52.646	415,9	12,7%
1990	52.075	469,3	11,1%
1991	52.661	405,7	13,0%
1992	56.347	387,3	14,5%
1993	63.811	429,7	14,9%

Continua

Continuação

TABELA 5 – GRAU DE ABERTURA ECONÔMICA

Exportações + Importações / PIB
(Valores em US\$ Milhões)

	Exportações + Importações	PIB	Abertura Econômica
1994	76.624	543,1	14,1%
1995	96.478	705,4	13,7%
1996	101.092	840,3	12,0%
1997	112.742	871,3	12,9%
1998	108.903	844,0	12,9%
1999	97.314	586,8	16,6%
2000	110.970	645,0	17,2%
2001	113.888	553,8	20,6%
2002	107.681	504,4	21,3%
2003	121.529	553,6	21,9%
2004	159.513	663,8	24,0%
2005	192.130	882,7	21,7%
2006	229.157	1.067,3	21,4%

Fonte: 200 anos do comércio exterior brasileiro, MDIC.